

# MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

## Proposta dos Candidatos a Governador

A Federação Catarinense de Municípios – FECAM encaminhou para todos os oito candidatos ao governo do Estado de Santa Catarina, uma pauta com uma série de questões, onze com temas estaduais e quatro com temas federais. Cada assunto foi levantado em reuniões regionais, Assembleias Gerais de Prefeitos, Congressos de Municípios e mobilizações estaduais.

A pauta foi estruturada com uma breve resenha das reivindicações e perguntas sobre assuntos ligados ao governo do Estado e ao governo federal, solicitando a adesão e apoio dos agentes políticos catarinenses na luta e defesa dos interesses municipalistas.

Abaixo estão as respostas enviadas a FECAM:

- **Candidato Raimundo Colombo** – Coligação Santa Catarina em Primeiro Lugar (PSD / PRB / PMDB / PR / PTB / PSC / PSDC / PROS / PV / PC do B / PDT / DEM) - Respostas encaminhadas dia 17/07/2014, às 16h20.
- **Candidato Paulo Bauer** – Coligação Muda Brasil, Muda Santa Catarina (PP / PSL / PTN / PPS / PRTB / PHS / PTC / PSB / PSDB / PEN / PT do B / SD) – Respostas encaminhadas dia 23/07/2014, às 16h25.
- **Candidato Gilmar Salgado** – Coligação PSTU – Respostas encaminhadas dia 28/07/2014, às 11h38.
- **Candidato Cláudio Vignatti** – Coligação PT – Respostas encaminhadas dia 30/07/2014, às 9h50.

# I. Pauta Estadual - Aos candidatos ao Governo do Estado de Santa Catarina

## 1. Tema SAÚDE

Levantamentos apontam que os Municípios têm destinado mais recursos para saúde do que o previsto em lei, garantindo assim a efetivação do Sistema Único de Saúde – SUS. Apesar de ser uma responsabilidade compartilhada entre os três entes federados, são os Municípios que arcam com a maior parcela dos programas da saúde e o custeio de estruturas como Hospitais Públicos e Policlínicas.

**Pergunta:** Qual é o seu posicionamento em relação ao custeio da saúde e a remuneração dos serviços prestados pelos consórcios públicos intermunicipais?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

O Governo Estadual (fonte Tesouro) vem arcando com cerca de 70% dos recursos aplicados em Saúde anualmente. O maior problema tem sido a redução da participação federal, através do SUS, que não altera sua tabela de valores há dez anos. Nesse sentido, para se recuperar o próprio conceito do SUS será necessário reivindicar a revisão na sua tabela. Como consequência, haverá um reequilíbrio na participação entre municípios, estados e união. O Governo do Estado aplicou em 2013, mais de R\$ 2,2 bilhões em investimentos na área da saúde. Para ampliar a capacidade de atendimento clínico de média e alta complexidade e diminuir o transporte de pacientes para realização de tratamento fora de domicílio, o Governo do Estado criou programa concedendo incentivo financeiro no valor de R\$ 0,30 por habitante diretamente aos municípios. De 2011 a 2014, já foram transferidos R\$ 1,8 bilhão em convênios e subvenções sociais aos municípios catarinenses, para a manutenção de hospitais filantrópicos e programas de saúde locais. Para ampliar a capacidade de investimento, Estados e Municípios precisam reforçar a mobilização para a aprovação do projeto em tramitação no Congresso Nacional, que obrigará a União a vincular 10% da receita bruta para investimentos em ações e serviços públicos de saúde.

O Governo reformou ou ampliou 7 hospitais públicos e começou a ampliar mais 3 (de 17).

O Governo criou o Programa R\$0,30 Por Habitante por lei, incentivo financeiro de R\$ 0,30 por habitante, para aumentar a oferta de serviços especializados de média e alta complexidade e diminuir o transporte pacientes para tratamento em outros locais. Por conta disso os Municípios receberão R\$ 24 milhões por ano (o que permitirá 200 mil consultas e 70 mil exames, para cada ano);

O Governo realizou o Pró-Mutirão para cirurgias eletivas: foram mais de 66 mil procedimentos.

Criou, também, Centrais de Regulação: 4 das 8 previstas já estão em funcionamento e as demais devem iniciar suas atividades até setembro. As centrais ajudam a descentralizar o atendimento médico hospitalar.

Mais cirurgias femininas foram realizadas. Em março/14 foi lançado mutirão que pretende realizar 4,5 mil procedimentos. O Estado está pagando R\$ 500,00 para cada procedimento;

Por outro lado, está em andamento a construção de 10 novas policlínicas e foram implementadas outras 11 (montagem da estrutura e colocação de equipamentos).

Mais 2.400 novos profissionais de saúde foram contratados.

O Governo conseguiu mais agilidade nas compras: o tempo médio de aquisição de produto ou serviço em 2011 era de 150 dias. Em 2013 = 97 dias. Ou seja, redução de 53 dias.

Obteve, da mesma forma, mais eficiência e fiscalização das Organizações Sociais através de "Contrato de Gestão". Exemplos de sucesso:

> Hospital Regional de Araranguá: 3,5 mil consultas em 2011 e mais de 21 mil em 2013;

> Hospital Infantil Jeser Amarante/Joinville: 54 mil consultas em 2011 e 64 mil em 2013;

> Hospital Terezinha Gaia Basso/São Miguel do Oeste: 6,2 mil consultas em 2011 e 28,2 mil em 2013.

Quanto ao SAMU:

Aumento do número de profissionais de 460 para 1,1 mil, desde 2012;

Em 2012: 276 mil pessoas socorridas. Em 2013, 307 mil;

Estrutura: 23 UTIs móveis - 102 ambulâncias para atendimento básico - 2 unidades aéreas;

Em 2013, o Governo investiu mais de R\$ 2,2 bi na área da saúde; de 2011 a 2014 transferiu R\$ 1,8 bilhões em convênios e subvenções sociais aos Municípios para a manutenção de hospitais filantrópicos e programas de saúde locais; reduziu a carga tributária concedendo isenção de ICMS para medicamentos oncológicos; aportou recursos em hospitais “não estaduais”: Angelina – Ituporanga – Presidente Getúlio – Hospital de Caridade.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

O custeio da saúde é, de fato, um problema muito sério. Para que se tenha uma ideia, no ano de 2001 (governo Fernando Henrique) a participação federal no custeio de toda a saúde pública do Brasil era de 59,02%, ou seja, mais da metade do financiamento nacional. Naquela época, os estados contribuíam com 18,23% e os municípios com 22,75% do todo. Já em 2012, o Governo Federal participou com apenas 45% do todo, uma redução de 14% em relação a 2001. Os 55% restantes ficaram principalmente na conta dos municípios, pois a participação dos estados também diminuiu. Por isso a gente ouve constantemente prefeitos mencionarem que estão comprometendo quase 30% do seu orçamento com a saúde, bem acima do limite mínimo exigido pela legislação.

O custeio da saúde precisa sofrer profunda alteração no Brasil. É preciso rever não só a tabela do SUS, pagando melhor aos profissionais da saúde, que estão há muitos anos sem reajuste; como também é necessário rever a participação do governo federal, que deve, no mínimo, voltar aos parâmetros anteriores, de quase 60%.

Como dependemos de uma decisão política nacional em relação à mudança do sistema, seria uma irresponsabilidade afirmar neste momento que o estado vai participar com 20%, 30% ou 40% do todo. A participação justa dos estados depende do quanto será assumido pela União. No entanto, uma coisa é certa: a participação federal e dos estados precisa aumentar, e a dos municípios precisa diminuir.

Com relação aos consórcios públicos intermunicipais, sou amplamente favorável à sua existência e ao apoio estadual e federal com seu custeio. O consórcio intermunicipal contribui para evitar a multiplicidade de investimentos. Em muitos casos, não é necessário que municípios vizinhos tenham os mesmos equipamentos de saúde. Cada um deles pode se concentrar em determinada especialidade, fazendo o intercâmbio de pacientes, o que pode proporcionar melhor atendimento para todos os habitantes daquela região.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

O Brasil gasta aproximadamente 7,9% do PIB com saúde, sendo 3,5% do PIB com gasto público (Ministério da Saúde 1,7%; governos estaduais 0,9% e municípios 0,9%). Os 4,4% do PIB restantes englobam os gastos com saúde privada (convênios, consultas particulares, medicação, etc). Defendemos que 10% do PIB sejam investidos em saúde pública para que seja universalizada um SUS 100% estatal e de qualidade. Governos federal, estaduais, distrital e municípios farão parte desse esforço e a verba pública será direcionada apenas para a área pública e estatal. Para isso também é necessário a estatização da saúde privada. Defendemos que seja garantido aos municípios as verbas públicas necessárias para o atendimento de suas demandas constitucionais na área da saúde pública.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Primeiro quero dizer que vamos cumprir o mínimo constitucional de 12% para a saúde. Digo isso porque entre 2008 e 2012 o Estado não cumpriu essa prerrogativa. Segundo o TCE, no período o governo deixou de repassar ao setor R\$ 456,78 milhões, o que agravou ainda mais as condições da saúde pública catarinense. Nesse sentido, ao extinguirmos as SDRs (Secretarias Regionais), teremos em torno de R\$ 550 milhões no caixa, que é o custo anual para manter esses órgãos. A metade desse valor, em torno de R\$ 275 milhões/ano será investido na saúde, para atender os catarinenses. Somente repassando o mínimo constitucional e destinando 50% dos recursos das SDRs para o setor, em quatro anos serão mais de R\$ 1 bilhão para custo do segmento.

---

## **2 . Tema CONTRAPARTIDAS E CONVÊNIOS**

Atualmente não existe uma regra que garanta a participação do Estado no co-financiamento do programa Estratégia Saúde da Família, da complementação do piso dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate à Endemias, manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica, em especial os executados pela Política de Assistência Social (CRAS, CREAS e de Alta Complexidade) e do Bolsa Família.

A partilha da soma da arrecadação tributária nacional aponta que 60% de tudo o que é arrecadado no país fica com a União; 23% com os Estados; e 17% com os Municípios. Os Municípios pleiteiam a alocação no orçamento do Estado de Santa Catarina, de valores proporcionais a partilha da arrecadação tributária nacional, ou seja, 23% (vinte e três por cento), a título de co-financiamento destes programas.

**Pergunta:** O senhor é favorável a este pleito e como pretende inserir em sua proposta de governo o aporte dos valores proporcionais a detenção de 23% da arrecadação para a manutenção e custeio dos programas aqui apontados?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

Conforme demonstrado na própria pergunta, o descompasso na distribuição da arrecadação tributária não está no Estado, mas na União. Um aumento de participação do Estado inviabilizaria a execução de suas responsabilidades constitucionais. Há necessidade de revisão da distribuição da arrecadação para que programas de âmbito municipais sejam executados com recursos municipais. Por outro lado, o bom desempenho do Fisco Estadual proporcionou um incremento de mais de R\$ 400 milhões em receita para as Prefeituras em 2013, alcançando repasses em torno de R\$ 5,4 bilhões.

Além disso, dentro da estratégia de desconcentração de recursos e fomento aos municípios através do Pacto por Santa Catarina, o Governo do Estado está repassando mais de R\$ 600 milhões às Prefeituras para investimentos com recursos do FUNDAM. Desde 2011, os recursos repassados em convênios e subvenções sociais aos municípios alcançaram mais de R\$ 4,4 bilhões.

Outro mecanismo de apoio aos municípios foi a criação do programa Juro Zero, através do BADESC, onde a Prefeitura paga apenas o capital e o Governo do Estado paga os juros. Recentemente o Governo do Estado realizou capitalização da Agência, com R\$

40 milhões para aumentar a disponibilidade de recursos para atender o programa. Esse modelo de apoio será fortalecido no período 2015-2018. Através do mecanismo de convênio, o Governo do Estado, em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP), desenvolve o programa em 7 municípios (Jaraguá, Garuva, São Francisco, Itajaí, Santo Amaro de Imperatriz, Gravatal, Araquari), com 3 eixos de ação: equilíbrio fiscal: revisão de receitas e despesas de cada prefeitura de forma a gerar capacidade de investimento; plano de desenvolvimento: eleição das prioridades da gestão em cada município; liderança Pública: capacidade do prefeito e suas equipes alcançarem as metas estabelecidas. Até o momento já foram identificadas oportunidades de geração de R\$ 46 milhões em investimentos através de ações de equilíbrio fiscal nos municípios participantes do programa. O programa é financiado através de uma parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada dos municípios participantes. Os empresários locais participam do Conselho de Governança do programa para “cobrar” resultados dos prefeitos. Pretende-se, no período de 2015 a 2018 ampliar para todo o Estado essa iniciativa, que aumenta a autonomia financeira dos municípios.

O Governo, em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP) desenvolve o programa de Gestão Municipal em 7 municípios: Jaraguá, Garuva, São Francisco, Itajaí, Santo Amaro de Imperatriz, Gravatal, Araquari.

O programa possui 3 eixos de ação:

- Equilíbrio fiscal: revisão de receitas e despesas de cada prefeitura de forma a gerar capacidade de investimento.
- Plano de Desenvolvimento: eleição das prioridades da gestão em cada município.
- Liderança Pública: capacidade do prefeito e suas equipes alcançarem as metas estabelecidas.

Até o momento já foram identificadas oportunidades de geração de R\$ 46 milhões em investimentos através de ações de equilíbrio fiscal nos municípios participantes do programa.

O programa é financiado através de uma parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada dos municípios participantes. Os empresários locais participam do Conselho de Governança do programa para “cobrar” resultados dos prefeitos.

## **Resposta candidato Paulo Bauer**

Seria temerário assegurar, antes de ter acesso a todos os números do governo, o aporte dos valores proporcionais à detenção de 23% da arrecadação para a manutenção e custeio dos programas apontados. Eu penso que o governo do estado precisa custar mais barato. O Governo de Santa Catarina tem ainda hoje instituições que geram custo, mas que não têm nenhuma relação com as necessidades e a realidade da população catarinense. Se o estado fizer uma recomposição da sua estrutura de funcionamento, pouparemos recursos que poderão ser empregados para contemplar os municípios, via transferências e principalmente por meio dos convênios. Precisamos entender que a fixação de um percentual específico para a saúde, outro para educação, e assim por diante, obrigaria o estado a transferir todos os seus recursos para os municípios e, conseqüentemente, o impediria de ser parceiro dos municípios que precisam mais em determinadas circunstâncias.

Sou favorável à revisão do pacto federativo, pois cada vez mais a União arrecada mais e faz menos, concentra os recursos oriundos dos impostos, mas delega aos municípios funções que deveria exercer ou às quais deveria garantir apoio, como em questões relativas à saúde, à segurança e à infraestrutura. Devemos encontrar uma regra que permita aos municípios e aos estados receberem uma parcela do bolo tributário suficiente para atender às respectivas responsabilidades assumidas.

Enfim, o estado precisa reestruturar e redimensionar a sua administração, para ter mais recursos que possam ser destinados às várias atividades estaduais e também municipais. Por isso eu considero que estabelecer um percentual, do modo como está colocado, é muito difícil.

Eu poderia, diante dessa qualificada plateia de prefeitos, anunciar irresponsavelmente que iria estabelecer o percentual pleiteado, para agradar a todos e angariar votos inclusive entre prefeitos que não são do meu partido. Mas não o farei, em nome da responsabilidade e do compromisso que tenho de fazer mais, fazer melhor e fazer diferente, por Santa Catarina e conseqüentemente por seus municípios.

Uma das minhas metas como Governador de Santa Catarina será gastar menos com as atividades-meio e mais com as atividades-fim, gerando desta forma os recursos



financeiros para realizar investimentos em infraestrutura, que têm importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Defendemos sim para a saúde pública um SUS 100% público e estatal. Defendemos uma política de saúde que destine 10% do PIB para a saúde pública e estatal para poder garantir: a) qualidade no atendimento, seu caráter curativo e preventivo e abrangência universal; b) o fim do subfinanciamento, das filas, das mortes evitáveis, da dor e do sofrimento atual; c) o fim das terceirizações e outras precarizações atuais; d) profissionais de saúde valorizados, salários e planos de carreira decentes e jornada de 30h semanais; e) o fim das privatizações e a estatização do setor privado; f) a participação popular e a descentralização necessária para que o SUS cumpra com seus objetivos; g) defendemos também que os municípios tenham as verbas necessárias para o cumprimento dos programas e políticas voltados ao fortalecimento de um SUS 100% público e estatal, a exemplo do co-financiamento de programas da saúde da família e o pagamento do piso dos agentes de saúde e comunitários, bem como, sua valorização com melhores salários, mais concursos públicos e melhores condições de trabalho. Sobre a política de assistência social e do bolsa família propomos a mudança de seu caráter, acabando com o papel meramente assistencialista e estando casado com uma política de oferta de ensino de qualidade e gratuito e a garantia de emprego com renda digna. Nesse sentido um governo estadual dos trabalhadores garantirá sua parte no financiamento dessas políticas e chamará os trabalhadores a se mobilizarem para garantirem a implementação delas nos municípios e estado catarinense.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Um novo Pacto Federativo é necessário em nosso País e a mãe destas reformas é a Reforma Política. Por isso, como governador, defenderei prioritariamente essa Reforma e na sequência um novo Pacto Federativo que seja um grande acordo entre governos e

sociedade. O diálogo permanente entre o governo, municípios e a sociedade será um dos pilares de sustentação de nossa gestão.

E isso se dará através da instituição de um Sistema Estadual de Participação que terá no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social o seu mais importante instrumento. Será neste espaço que decidiremos juntos com a sociedade quais as reformas prioritárias nas estruturas financeiras e administrativas do governo do estado. Vamos fazer a verdadeira descentralização a partir da criação de 23 Conselhos, a partir das associações de municípios. Assim descentralizaremos proporcionalmente os recursos para cada região de Santa Catarina, para cada município e no que mais precise em obras, infraestrutura, saúde, educação, saneamento e esgotamento sanitário. Ou seja, investimentos dos recursos públicos no que os catarinenses realmente necessitam.

Portanto, defendemos que não se pode fazer nenhuma remissão fiscal sem discussão como Conselho Estadual, pois para cada R\$ 1,00 que tiramos de incentivo fiscal, o município perde entre 20% e 30%, ou seja, perda de receita. Nos últimos três anos, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Estado perdeu R\$ 3,4 bilhões de remissão fiscal, que deveriam ter sido repassados aos municípios e que dá quase seis FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios) que na teoria deve promover o desenvolvimento das cidades catarinenses com investimentos de R\$ 500 milhões, mas que precisa ser melhor discutido.

---

### **3 . Tema SEGURANÇA PÚBLICA.**

Um dos grandes entraves e gerador de dificuldades aos gestores municipais, o qual tem levado preocupação junto à sociedade, é o desaparecimento técnico e humano das polícias. Da mesma forma, as deficiências em equipamentos e custeio das estruturas de segurança pública nos municípios elevam os custos e investimentos com recursos dos orçamentos locais, acarretando despesas que não são de suas competências.

**Pergunta:** Se eleito, como o senhor pretende solucionar esta deficiência visando oferecer maior segurança aos cidadãos catarinenses?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

O Governo do Estado contratou 3800 policiais militares e 400 policiais civis desde 2011. Além disso, comprou 2269 veículos, 7000 coletes individuais, 7000 armas e 600 câmeras de videomonitoramento. Todo esse pessoal e equipamento está sendo distribuído para todo o Estado, cumprindo compromisso assumido com os municípios. O resultado de todo esse esforço, incluindo do Governo anterior, é que Santa Catarina possui o menor índice de homicídios por habitante do Brasil, o principal indicador de violência (8,5 homicídios por 100 mil habitantes – é considerada violência epidêmica quando há mais de 10 por mortes violentas para cada 100 mil habitantes). Na área de segurança de ação do Corpo de Bombeiros Militar, o Governo adquiriu e distribuiu pelos municípios 30 viaturas de combate a incêndio, 50 novas ambulâncias, uma autoescada mecânica (para Florianópolis), e um caminhão para auxílio aos municípios onde ocorram desastres. Para os municípios litorâneos, a fim de atender a Operação Veraneio, foram adquiridos e distribuídos pelos municípios, 26 barcos, 26 quadriciclos, 26 motonáuticas, 40 conjuntos de mergulho, 500 rádios handtalk para comunicação imediata e manual, 3 micro-ônibus e 26 veículos leves para ronda de praia e salvamento. O Governo construiu ou está construindo novas instalações para a polícia civil, polícia militar, corpo de bombeiros ou Instituto Geral de Perícia em 21 municípios. Também foi instalado um helicóptero da Polícia Militar no município de Chapecó para atendimento dos municípios da região Oeste.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

A questão da Segurança Pública demanda um posicionamento muito firme do governador. Atentemos para um fato: os policiais que entraram em atividade este ano foram aprovados em um concurso realizado no ano de 2010, concurso autorizado e promovido pelo então governador Leonel Pavan. Os aprovados precisaram ser formados pela academia, e só agora foram distribuídos.

A propaganda oficial comemora o ingresso de novos policiais, porém o mérito é do governo anterior, a decisão política de contratar novos policiais foi tomada no Governo Pavan. Notem como é demorado contratar novos policiais, não é um estalar de dedos. No entanto, existe uma medida que pode ser tomada com efeitos a curto prazo: colocar nas ruas os policiais que hoje exercem atividades internas. Atualmente, temos mais de

700 policiais catarinenses trabalhando em áreas administrativas de órgãos públicos. Temos policiais trabalhando em guaritas, apenas para controlar o fluxo de veículos. Eles deveriam estar policiando as ruas, cuidando da criança, da família, da sociedade catarinense. Lá na guarita poderia ter outro tipo de profissional, um vigilante, que não precisa ter a habilitação e a formação que um policial possui. Eu já anunciei que, eleito governador, tomarei imediatamente essa medida de tirar os policiais do serviço interno e colocá-los nas ruas.

Coincidentemente (e provavelmente pela proximidade das eleições) o governo do estado anunciou que os policiais que trabalham nos serviços internos deverão, 10 horas por mês, fazer policiamento nas ruas. Mas vejam só, apenas 10 horas por mês. É melhor do que nada, mas essa é apenas uma medida paliativa, muito pouco do que poderíamos ter ao colocarmos esses policiais nas ruas em horário integral.

Outro ponto importante é promover mais entendimento e colaboração entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Ainda, sou plenamente favorável à instituição da guarda urbana municipal. Ela contribui muito para a proteção das pessoas, para a organização do trânsito, para a qualidade de vida nas cidades. Por isso, nossa posição é favorável à contribuição do estado no caso de o município decidir pela criação da guarda urbana municipal.

Entre as minhas propostas para a segurança pública, pretendo combater o crime organizado em ações conjuntas entre as polícias, inclusive com a participação da Polícia Federal; investir em inteligência de segurança pública, integrando os sistemas de informação e comunicação e ampliando o quadro técnico de profissionais das áreas de estatística e de análise criminal; implantar o policiamento ostensivo nos bairros das cidades; incentivar a privatização de presídios e a instalação destes em locais remotos do estado; instituir a assistência jurídica aos operadores de segurança pública.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Melhorar as condições de trabalho e salariais dos trabalhadores da segurança pública é um compromisso de nossa candidatura. Mas só isso é insuficiente para resolver o problema. O PSTU propõe para acabar com a insegurança pública e a violência três medidas centrais. A primeira é usar os recursos do Estado para atender a classe

trabalhadora com emprego e salário digno; acesso a saúde e educação pública; acesso a cultura, lazer e esporte. A segunda medida seria mudar a política que os sucessivos governos têm usado para enfrentar o crime organizado e as drogas. Há anos se aplica uma política de aumento da repressão policial e baseada no proibicionismo das drogas. No entanto, a violência só aumenta e as cadeias estão superlotadas. Dados estatísticos mostram que morre mais pessoas pelo tráfico do que pelo uso da droga. O problema da droga deve ser tratado como um problema de saúde pública. É dessa forma que o Estado deve encarar. Santa Catarina e o Brasil devem seguir os exemplos de países como: Uruguai, Portugal, Holanda, EUA e Suíça que descriminalizaram e legalizaram o uso das drogas. O PSTU defende a legalização das drogas de forma que o Estado controle sua produção e utilização e trate o viciado como um problema de saúde pública, dando assistência médica e psicológica para que ele possa deixar o vício. A terceira e última medida é o fim da PM e a criação de uma polícia civil unificada, controlada pela população, com eleição dos delegados, garantindo direito a sindicalização e greve aos membros dessa polícia. Essas medidas serão garantidas com a mobilização da classe trabalhadora, enfrentando hoje a política retrograda aplicada por governos e comandos das polícias. Assim, teremos uma política de segurança não mais voltada para a criminalização da pobreza e das lutas.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Como falei anteriormente, ao acabarmos com as SDRs teremos aproximadamente R\$ 275 milhões/ano para investir em contratação de pessoal, implantação de novas tecnologias, inteligência e modernização de equipamentos. Até temos um dado alarmante: na década de 80 o Estado possuía 3,6 milhões de habitantes e cerca de 11 mil policiais. Hoje a população mais do que duplicou e o efetivo é praticamente o mesmo. Nossos cálculos mostram que precisamos formar 5 mil novos policiais por ano e outros 2 mil a cada quatro anos para repor as perdas. Agora em setembro próximo temos a informação que 800 desses profissionais irão se aposentar.

Os números apresentados nessa explanação mostram que as contratações nesses 30 anos foram insuficientes para diminuir o déficit, uma vez que houve muitas aposentadorias, pedidos de licenças, desligamentos e falecimentos. Paralelamente a isso, o Estado tem que ser implacável contra o crime, tem que ter comando firme contra o crime, mostrar que em Santa Catarina o crime organizado não se cria.

Precisamos também investir na Polícia Civil para investigar e dismantelar as quadrilhas, unir as forças das nossas policias com as Forças Armadas, PF e PRF. Como governador, cobraremos prestação de contas semanais dos crimes e apurações.

Em outra linha, precisamos repensar o sistema prisional, dar atenção ao menor, pensar na “criança em conflito com a lei”, já que para cada criança/adolescente apreendido há uma outra nas ruas, que deveria estar numa casa de recuperação, mas que não encontra vaga. Na atual situação, o sistema não ressocializa esses menores, que voltam para a sociedade em pior situação.

Em linhas gerais, nosso governo definirá as ações específicas da segurança pública articuladas com as políticas para a educação, cultura, esporte, geração de emprego, juventude, mulheres e minorias de modo geral. Nosso governo desenvolverá um conjunto de políticas articuladas para enfrentar as raízes estruturais da violência e criminalidade, especialmente políticas de geração de emprego e renda voltados à juventude e às camadas sociais mais vulneráveis.

---

#### **4 . Tema TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**

A instituição de incentivos fiscais, desonerações tributárias e a criação de fundos estaduais cuja receita acarreta crédito presumido de tributos estaduais, tem acarretado diminuição dos valores das transferências constitucionais de partilha do ICMS e de repasse do FUNDEB, bem como afetado a aplicação de recursos mínimos em saúde e educação.

Por força de decisões judiciais, as restrições sobre a partilha dos 25% do ICMS aos municípios foram equacionadas, porém quanto ao FUNDEB persiste a retenção indevida dos valores arrecadados pelos fundos estaduais, eis que não há o repasse dos 20% devidos ao FUNDEB sobre a parcela da arrecadação desses fundos pertencentes ao Estado (75%), causando prejuízos à distribuição aos Municípios dos recursos destinados à educação.

**Pergunta1:** O senhor como Governador do Estado garantirá o repasse do percentual de 25% do ICMS aos Municípios, inclusive sobre os valores objeto de incentivos fiscais, desonerações tributárias e sobre os montantes arrecadados por fundos estaduais?

**Pergunta 2:** Garantirá ainda o repasse do FUNDEB dos 20% calculados sobre a receita tributária, inclusive sobre a arrecadação dos fundos estaduais?

**Resposta candidato Raimundo Colombo**

O Governo de SC já vem promovendo o repasse das parcelas devidas aos municípios sobre as contribuições efetuadas aos fundos estaduais. Além disso, as receitas de impostos transferidas para as Prefeituras aumentaram mais de R\$ 400 milhões em 2013, fruto do bom trabalho desenvolvido pelo Fisco Estadual. Para a próxima gestão, o Governo de SC estuda uma reformulação completa do funcionamento dos fundos estaduais, estabelecendo critérios mais eficientes para controle das receitas repassadas aos municípios.

Sobre os FUNDOS o Governo Estadual já vem repassando a parte municipal.

Sobre os incentivos fiscais e desonerações tributárias, faz-se necessário uma análise contextualizada. Sem os benefícios, de um lado, SC perderia indústrias tradicionais. De outro lado, não teriam vindo para SC cerca de R\$ 25 bilhões por ano de importações e o Estado perdera mais cerca de R\$ 15 bilhões que migrariam para outros Estados. Exemplos:

- a) Indústria REX de Braço do Trombudo: Minas Gerais ofereceu ICMS ZERO para levar um investimento de R\$ 200 milhões;
- b) Indústria têxtil: o Estado teve que reduzir a carga para não migrarem para o nordeste e mesmo para o PR que havia reduzido a tributação, além da concorrência dos importados;
- c) Fabricantes de refrigerantes originais de SC: necessitam redução da carga fiscal porque estão em risco de fechar;
- d) Metal-mecânico: se o Estado não concedesse crédito presumido, as indústrias se instalariam próximo às usinas em outros Estados;
- e) Agroindústrias tenderiam a migrar para perto dos insumos no Centro Oeste brasileiro;
- f) São Francisco do Sul: 70% da cidade depende do porto. 50% da movimentação do porto é de AÇO. Um navio de aço gera 4 mil caminhões de transporte, sendo a maioria destinada a outros Estados.

Os benefícios principais são:

- a) PRODEC: objetiva ampliar indústrias e trazer novas. Só abrange ICMS novo. Assegura a manutenção de emprego e renda em SC.
- b) PRÓ-EMPREGO: objetiva assegurar a competitividade da indústria e do comércio catarinense frente à concorrência internacional e de outros Estados (Foi graças a este programa que se conseguiu manter aqui a REX, o setor têxtil, a Whirpool e tantas outras e se conseguiu trazer inúmeras indústrias novas, como a BMW). Assegurou-se também a movimentação dos portos. Antes da Resolução 13 de 2012 do Senado, representava ICMS direto de cerca de R\$ 1,2 bilhão por ano. Hoje ainda representa cerca de R\$ 500 milhões/ano. A movimentação dos portos de SC por conta deste programa deve chegar a R\$ 40 bi neste ano.

Os benefícios fiscais aumentaram, pois, o “bolo” da arrecadação e com isso aumentou também o tamanho da parte que pertence aos municípios. Todos ganharam.

Os benefícios são imprescindíveis, pelas razões já ditas e é justo dividir o BÔNUS e o ÔNUS, sob pena de serem inviáveis. Assegurar os 25% municipais sobre os benefícios concedidos, implicaria perder a grande maioria dos negócios novos, a ampliação de negócios, resultando em menor volume de recursos do que os atualmente recebidos.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

Quanto ao repasse do ICMS, acompanhei com atenção toda a discussão relativa ao Índice de Participação dos Municípios – IPM, envolvendo Governo do Estado, prefeituras e Fecam. Felizmente, chegou-se a um bom termo, apesar de ter sido necessária a intervenção judicial. Como governador, cumprirei fielmente a regulamentação, garantindo o repasse aos municípios. Quanto aos valores objeto de incentivos fiscais e desonerações tributárias, é preciso realizar uma análise caso a caso, pois muitas vezes tais incentivos e desonerações também beneficiam os municípios, alguns mais do que outros. Da mesma forma em relação aos valores arrecadados pelos fundos estaduais: não é apenas o repasse direto de recursos que beneficia os municípios, mas principalmente a capacidade de realização que tais fundos proporcionam ao estado, de trabalhar a favor dos municípios, e em parceria com os municípios. Se minarmos a capacidade de investimento do estado, todos os municípios sofrerão, principalmente os menores e menos estruturados em termos de



gestão, para os quais a presença e a parceria do governo do estado são ainda mais importante.

Quanto aos repasses do Fundeb, comprometo-me a analisar esta questão tão logo tome posse, caso eleito. Se for comprovada retenção indevida de valores arrecadados por fundos estaduais, tomaremos providências imediatas para a regularização.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Sim, vamos garantir o pagamento dessa dívida do estado com os municípios. O repasse hoje poderia ser maior caso a política econômica do governo estadual fosse outra. De acordo com dados da Secretaria Estadual da Receita Estadual, no período de 2011 a 2014, só de renúncia fiscal o Estado deixou de arrecadar R\$ 20.568.252,92 (valores corrigidos pela inflação). Os municípios também têm que rever sua política de isenção às grandes empresas. É necessário também que estados e municípios rompam com o pagamento das dívidas e com o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal que serve apenas aos interesses de grandes bancos que querem lucrar com o pagamento dessas famigeradas dívidas. Defendemos uma lei de responsabilidade social que garanta mais investimentos em saúde, educação, transporte, saneamento básico ambiental e demais áreas sociais.

Propomos outro modelo de financiamento da educação pública. Segundo o Tribunal de Contas – TCE, o Estado deixou de aplicar R\$ 1,2 bilhão em saúde e educação. O PSTU nunca concordou com a criação de fundos para aplicação em saúde e educação, pois sempre os governos desviam esses recursos, geralmente para pagar dívidas públicas ou garantir altos salários e altas aposentadorias de alguns marajás. Ao contrário dos fundos, o PSTU defende a reivindicação histórica dos trabalhadores em educação do Brasil, de aplicar 10% já do PIB em educação pública e não somente em 2023, como aprovado pelo parlamento brasileiro e apoiado pela presidenta Dilma e governadores. No projeto, para piorar, as verbas públicas serão divididas entre os setores público e privado.

## **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Sim vamos garantir o repasse integral dos 25%. Nos últimos três anos (2011, 2012 e 2013) a renúncia fiscal do Estado de Santa Catarina (Programas de incentivos – Prodec e Pró-emprego – crédito presumido, redução de base de cálculo) foi de R\$ 13,8 bilhões, sendo que deste valor constitucionalmente R\$ 3,45 bilhões pertenciam aos municípios. Ou seja, são valores que foram desvinculados deixando de serem transferidos aos municípios. Vamos manter a política de incentivos fiscais, porém os incentivos serão concedidos respeitando os dispositivos constitucionais. Vamos ainda restituir aos municípios, de forma parcelada, os valores desvinculados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC), que envolve o FUNCULTURAL, FUNTURISMO E FUNDESPORTE. Considerando o quinquênio 2008/2012, com a criação do sistema SEITEC, o Estado deixou de repassar aos municípios o montante de R\$ 60,45 milhões.

A primeira grande resposta social de um governante é fazer cumprir a lei. E isso nós faremos, cumprindo integralmente o que é exigido pela legislação do Estado. Os recursos do Fundo Social em nosso governo serão destinados a investimentos escolhidos pelas regiões através do Orçamento Participativo. Lembro que como deputado federal defendi a pauta municipalista, como no aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fui um “deputado municipalista”, defendi e obtive recursos para as várias cidades catarinenses, fui um dos responsáveis pelo governo federal destinar máquinas e equipamentos aos municípios.

---

## **5 . Tema EDUCAÇÃO**

O serviço de transporte escolar dos alunos da rede pública estadual de ensino é obrigação do Estado, conforme determina art. 10, VII, da Lei Federal nº 9.394/93. Inobstante o valor legal, é praxe em Santa Catarina que esse serviço seja executado pelos Municípios, mediante convênio com o Estado. Contudo, historicamente, o Estado deixa de alocar no seu orçamento anual os valores condizentes e suficientes à cobertura dos custos dos serviços executados pelos Municípios e distribui os valores do orçamento por meio de critérios inadequados à individualização dos custos em cada Município.

**Pergunta:** O senhor, se eleito governador, compromete-se a ressarcir integralmente os custos com o transporte dos alunos da rede estadual e estabelecer critérios adequados

para a definição dos valores por Município? Compromete-se ainda a disponibilizar recursos para a renovação da frota de veículos conforme a demanda dos Municípios?

**Resposta candidato Raimundo Colombo:**

O Governo do Estado investiu em 2013 mais de R\$ 900 milhões no custeio e manutenção da estrutura da rede estadual de ensino. Para o transporte escolar dos alunos da rede estadual, o Governo de SC programou o repasse de R\$ 84 milhões em 2014. Essa política de valorização da educação e de parceria com os municípios será fortalecida. Será possível sim, serem estabelecidos novos critérios para a ampliação do apoio aos municípios, seja através das ações já empreendidas como o FUNDAM e o FUNDOSOCIAL, seja através de outras fontes a serem definidas.

O Governo do Estado investiu em 2013 mais de R\$ 900 milhões no custeio e manutenção da estrutura da rede estadual de ensino. Para o transporte escolar dos alunos da rede estadual, o Governo de SC programou o repasse de R\$ 84 milhões em 2014. Essa política de valorização da educação e de parceria com os municípios será fortalecida. Será possível sim, serem estabelecidos novos critérios para a ampliação do apoio aos municípios, seja através das ações já empreendidas como o FUNDAM e o FUNDOSOCIAL, seja através de outras fontes a serem definidas.

40% das escolas estaduais receberam reformas e/ou ampliações (mais de 440 escolas) desde 2011, com investimento total de R\$ 197 milhões.

O Programa de Revitalização de Escolas prevê a realização de obras de reformas e ampliações de 121 unidades escolares visando garantir a melhoria no espaço físico e acessibilidade, tornando-as adequadas a todos os níveis de ensino. Este programa é financiado com recursos do BNDES e do Banco do Brasil e também com recursos próprios, totalizando R\$ 333 milhões. Hoje se tem:

- 1 escola concluída – EEF Dom Jaime de Barros Câmara, em Palhoça;
- 1 escola com obras iniciando em junho – EEB Felipe Schimdt, em São Francisco do Sul;
- 22 escolas em obras;
- 26 em processo de licitação; e

- 71 em fase de conclusão dos projetos ou do processo licitatório.

O Programa de Expansão do Ensino Médio, financiado pelo Ministério da Educação – MEC, destinado a construção de 77 novas escolas para atender o Ensino Médio e 8 Centros de Educação Profissional - CEDUP. Na primeira etapa serão 30 novas escolas e 8 CEDUPs e na segunda etapa, prevista para 2015, serão mais 47 escolas.

Da primeira etapa já estão concluídos:

- CEDUP de Rio do Sul;
- 8 escolas: EEB São Vicente, em Itapiranga; EEB Júlio da Costa Neves e a Escola Jovem do Sul da Ilha, em Florianópolis; e a escola nova em Piratuba.

Além disso, há:

- 7 escolas e 7 CEDUPs em andamento;
- 18 escolas a iniciar as obras; e
- 1 escola em processo de licitação.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

Educação é um assunto que conheço razoavelmente, pois já fui Secretário de Estado de Educação por duas ocasiões, nos Governos Kleinübing e Luiz Henrique. Participei daquela difícil negociação com a Fecam, na busca pela diminuição do valor *per capita*, para que pudéssemos oferecer aos municípios as mínimas condições para o transporte escolar funcionar.

De fato, não há um único prefeito que se diga satisfeito com o modelo que nós temos em Santa Catarina. Não conheço nenhum. Há sempre críticas. Há sempre reclamações. Há sempre questionamentos. Portanto, é preciso discutir melhor esse assunto, encontrar outro caminho. É preciso fazer uma conta, uma conta bem feita, com a participação dos prefeitos, a participação da Fecam, para averiguarmos quem está perdendo e quem está ganhando. E se houver perdas para os municípios, eles precisam ser compensados. E eu posso lhes garantir que tenho autoridade para falar do assunto, porque quando fui secretário do governo Kleinübing não existia transporte escolar repartido ou organizado como existe hoje, exceto para alguns municípios. Quando eu assumi a secretaria, o governador Kleinübing determinou que

instituísssemos isso como regra, e desde então ela funciona. Não perfeitamente, é verdade, mas funciona. Precisamos melhorar.

Quanto à entrega de veículos, considero satisfatório o Programa Nacional Caminho da Escola. Ele tem beneficiado muitas prefeituras, e ainda pode ser ampliado e melhorado em termos de eficiência. É preferível nós termos um programa nacional nesse sentido do que o estado ficar repassando dinheiro pra prefeito comprar ônibus usado ou que não esteja no padrão adequado. Eu vou pedir que o Aécio Neves, eleito presidente, mantenha e qualifique esse programa.

Entre as minhas propostas para a Educação, pretendo implantar uma reformulação completa do sistema de ensino em todos os níveis no Estado de Santa Catarina, visando à adequação aos novos padrões de ensino, que hoje a sociedade e a economia exigem: prover condições adequadas de infraestrutura e recursos tecnológicos em toda a rede de ensino estadual, incluindo a melhora da acessibilidade nas escolas, a modernização e a reforma completa das instalações de ensino, o fornecimento de uniformes completos para os alunos, a implantação de bibliotecas com livros adequados e de laboratórios de informática e a implantação progressiva da escola em tempo integral; o aumento da autonomia didática e administrativa para os diretores de escolas públicas, desenvolvendo sua capacidade gerencial por meio da seleção com base em critérios de mérito e liderança.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Propomos sim a garantia das verbas necessárias ao transporte escolar, mas não só isso. Propomos outro modelo de transporte público. Defendemos a estatização dos transportes públicos e sua integração nas áreas metropolitanas do estado. Do financiamento desse transporte fará parte municípios, estados e União. O PSTU defende a estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e a implantação do passe livre para estudantes e desempregados. Rumo à tarifa ZERO! Para os pequenos municípios propomos, inclusive, o modelo de transporte estatal com o estado subsidiando e lutando para que o governo federal faça o mesmo.

## **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Primeiro quero dizer que vamos cumprir os dispositivos constitucionais garantindo os 25% a arrecadação de impostos do Estado em Educação, Digo isso porque nos últimos anos o Estado não tem cumprido isso: no período de 2008 a 2012 o Estado deixou de repassar para a Educação R\$ 1,2 bilhão. E os investimentos para o setor virão do Pré-sal, da partilha dos royalties, que nos próximos anos deve ser de R\$ 500 milhões para o Estado, acrescentando que nesse processo o “professor estará em primeiro lugar”. Temos que qualificar o profissional de ensino e acabar com a política de fazer com que a metade do professorado seja de ACTs (temporários), precisamos de concurso público.

Cabe ressaltar que o Estado, ao não aplicar, na época própria, os recursos mínimos exigidos pela Constituição Federal, contribuiu para a precariedade apresentada nas estruturas físicas das escolas. no planejamento de obras e carência de professores no atendimento à demanda de alunos da rede pública estadual.

Não podemos esquecer que nossa escola está ultrapassada, não é atrativa. 43% dos jovens de ensino médio estão fora da sala de aula; não existe biblioteca digitalizada, não tem tabletes, nem wi-fi e lousa eletrônica. A escola que estudei em Palmitos, a Felisberto Carvalho, continua igual a 30 anos atrás. Assim, qual é o incentivo que tem o aluno para estudar se não avançarmos no processo educacional? E o alarmante é que 2 milhões de pessoas em Santa Catarina contam com menos de oito anos de estudos e 1,4 milhão não têm quatro anos de escolarização.

Ao falarmos no professor em primeiro lugar, queremos dizer que ele terá uma carreira decente, com salários satisfatórios, plano de carreira, capacitação, novas tecnologias - garantir o piso da categoria é o mínimo que o Estado deve fazer. O professor será a presença do Estado na sala de aula. Cumprindo o mínimo constitucional, assumo compromisso de incrementar os valores globais de repasse aos Municípios que efetuam o transporte escolar dos alunos matriculados na rede estadual de ensino, a fim de contemplar a integralidade do custeio deste transporte, em atendimento ao inciso VII do art. 10 da Lei n. 9.394/96.

Observamos que na questão da merenda escolar o governo não tem uma política organizada. Vamos acabar com a terceirização da merenda escolar, adquirir produtos da agricultura familiar, fazer convênios entre o Estado e municípios, “daremos aos estudantes uma merenda de qualidade”. Já no segmento do transporte escolar lembro que fui um dos primeiros deputados federais a conseguir veículos para os municípios. Precisamos garantir um transporte escolar de qualidade, garantir atendimento aos municípios e o Estado tem condições para isso. Basta o governante ter vontade de trabalhar e aplicar políticas para o setor. Para isso vamos elaborar um plano/programa para a renovação da frota de veículos escolares dos municípios.

---

## **6. Tema SANEAMENTO BÁSICO**

É imperiosa a necessidade de investimentos do Estado na criação, regulamentação do Conselho Estadual de Saneamento Básico e na implementação do Fundo Estadual de Saneamento Básico com previsão de dotações orçamentárias que viabilizem o aporte financeiro aos Municípios para a execução das metas previstas em seus Planos de Saneamento Básico. Da mesma forma, é necessária a celeridade na emissão de licenças ambientais pelos órgãos estaduais de Meio Ambiente, assim como a redução dos valores cobrados na execução das obras e demais atividades decorrentes das ações dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

**Pergunta:** Quais as ações que o senhor pretende implementar para atender estas reivindicações dos municípios já que o artigo 23, Incisos VI e IX, da Constituição Federal, prevê que esta é uma competência comum dos Entes Federados?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

Com recursos financiados por instituições internacionais, o Governo de Estado está investindo mais de R\$ 360 milhões na implantação do Plano Estadual de Saneamento Básico. Além disso, por meio de financiamentos já autorizados, na ordem de R\$ 1,5 bilhão, a CASAN vem ampliando consideravelmente a cobertura sanitária dos sistemas de esgoto no Estado, com a meta de passar dos atuais 18% para 45% de cobertura até 2017. Serão implantados 500 quilômetros de novas redes, 35 mil novas ligações, 80 estações elevatórias e 10 novas estações de tratamento de esgoto. Por outro lado, o Governo começou estudos para utilizar o Fundo de Recursos Hídricos, a partir de

2015, para subsidiar os investimentos nos pequenos municípios, onde há baixa rentabilidade para as empresas de saneamento. Outro tema importante nessa área é a questão do tratamento dos resíduos sólidos, já que há uma obrigação de construção dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos. Para isso, o Governo do Estado repassou recursos para que as associações de municípios contratem consultoria especializada para elaboração dos planos em 126 municípios de Santa Catarina de até 10 mil habitantes. Forneceu apoio técnico para elaboração dos termos de Referência e Editais. Já foram repassados R\$ 5 milhões de reais para as Associações de Municípios, de um orçamento total de R\$ 8 milhões. Associações já beneficiadas: 1. Amai – 2. Amfri - 3. Amurc - 4. Ammoc - 5. Amnoroeste - 6. Amesc - 7. Amosc - 8. Amerios - 9. Amarp - 10. Amrec - 11. Amures - 12. Amurel.

Santa Catarina dará um grande passo para aumentar a cobertura de saneamento básico no estado. Para atender municípios de até 15 mil habitantes, o estado está negociando uma parceria com o banco alemão KfW para implantar soluções que tenham viabilidade técnica e financeira em pequenas localidades.

O modelo tradicional de saneamento requer investimentos muito altos das prefeituras, sem retorno em médio e longo prazo. Isto faz com que as obras de saneamento sejam postergadas face a outras necessidades do município.

O projeto prevê identificação e implantação de soluções tecnológicas que ofereçam segurança ambiental e viabilidade econômica para atender 100 municípios que ainda não possuem tratamento de água e esgoto conforme a Lei 11.445 (Lei Federal do Saneamento Básico) e o Plano Nacional de Saneamento (PlanSab).

Uma missão do Banco KfW visitará Santa Catarina no mês de agosto para detalhar o projeto e finalizar o Termo de Cooperação Técnica e Financeira com o estado. O projeto será uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e a CASAN, com orçamento inicial de R\$ 300 milhões e previsão de início em 2015.

Este projeto, aliado a outros investimentos que estão sendo realizados pela CASAN, tem o potencial de elevar de 18 para 70% o índice de cobertura de saneamento básico em Santa Catarina.



Quanto aos planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGIRS): O Governo repassou recursos para que as associações de municípios contratem consultoria especializada para elaboração dos planos em 126 municípios de Santa Catarina de até 10 mil habitantes. Além disto, forneceu apoio técnico para elaboração dos termos de Referência e Editais. Já foram repassados R\$ 5 milhões de reais para as Associações, de um orçamento total de R\$ 8 milhões.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

Este é um dos grandes problemas de Santa Catarina, pois, para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, são fundamentais o abastecimento de água potável, o esgoto sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais, que são um conjunto de serviços de infraestrutura e de instalações operacionais que irão melhorar a vida da comunidade. É importante a preocupação dos governantes em garantir o bem-estar e a saúde da população, desde que também sejam tomadas medidas para educar a comunidade para a conservação ambiental.

É lamentável, mas apenas 21% da população catarinense recebe atendimento por rede urbana de esgoto sanitário. Enfrentar esse problema é uma necessidade prioritária e improrrogável. Basta dizer: precisa ser feito, e o meu governo fará, com a parceria dos municípios.

Outro grande problema nessa área é a questão de distribuição de água. Eu tenho o firme propósito de implementar uma política que resolva essa constante discussão entre Casan e municípios sobre quem deve fazer o serviço de água. Meu pai foi prefeito de Jaraguá do Sul e na época ele implantou o Samae no município, o qual funciona perfeitamente até hoje em Jaraguá do Sul. Vários prefeitos de inúmeros partidos se sucederam, e o Samae continuou uma joia. Muitos municípios cuidam dos seus sistemas de águas e funcionam plenamente. Se os municípios tiverem os sistemas de esgoto, vão cuidar muito bem também, não tenho dúvidas disso.

Não podemos esperar que a Casan, em Florianópolis, vá conseguir resolver o problema de saneamento básico lá em Itapiranga ou lá em Palma Sola tão bem quanto a administração municipal o faria. É compromisso meu, é compromisso nosso fazer com que tudo isso funcione.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Sou trabalhador da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, onde trabalho há 33 anos. Durante muitos anos fui sindicalista e junto com o movimento sindical e social do Estado, sempre lutamos por duas questões principais: contra a privatização da água e do saneamento e cobrando mais investimentos dos governantes, buscando a universalização desse serviço a toda a sociedade, pois investir em saneamento ambiental é investir em saúde preventiva e preservação do meio ambiente. No entanto, nos últimos anos, especialmente com a política dos governos Luiz Henrique e Colombo, tivemos o desmonte da Casan, com investimentos pífios, terceirização/municipalização e privatização. Devido à falta de financiamento público a fundo perdido para o saneamento básico por parte dos governantes, a única maneira da empresa estadual ampliar a prestação de serviços nos municípios associados, além da arrecadação com as tarifas, tem sido através de verbas de empréstimos junto a bancos nacionais e internacionais. Para se ter uma ideia, em 2013 o governo federal orçou um gasto de míseros 0,14 % do orçamento para área. Com juros e amortizações da dívida pública foram gastos 42,04 % do orçamento.

O mesmo ocorre em nosso Estado, enquanto o Governo Colombo, destinou do orçamento R\$ 1,5 bilhão em propaganda institucional, no ano de 2013 não investiu um centavo em saneamento básico. No entendimento político, técnico, econômico, social e ambiental dos profissionais de Saneamento, a gestão e operação dos serviços de água e saneamento básico deve ser de responsabilidade da Estatal Estadual, contando com investimento federal. Defendemos a universalização do acesso ao saneamento básico e que o orçamento destinado a esta área deve caminhar no sentido da destinação de um percentual mínimo do PIB, a exemplo da saúde e educação. Defendemos a revogação da lei estadual aprovada por Colombo em 2011 do parceiro estratégico para a CASAN que não é nada mais do que a privatização. Defendemos também uma Casan 100% Estatal com gestão democrática controlada pelos trabalhadores, acabando as terceirizações, com os altos salários de Diretores e Assessores, o fim de privilégios e do cabide de empregos de políticos/cabos eleitorais do Governo Colombo.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Inicialmente quero dizer que o estado de Santa Catarina está classificado atrás do Piauí em cobertura de saneamento básico, é uma das piores do País. Enquanto na média nacional 49% da população ainda não têm acesso à rede geral de esgoto, em

SC temos 73% totalmente desassistida por este serviço público. Além disso, somente 12% da população urbana é atendida por coleta e tratamento adequado de esgoto. E para solucionar isso faremos um Programa Estadual de Saneamento com objetivo de cobertura total.

Conforme prevê a Lei nº 11.445/07, em que Governo Federal estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, vamos criar o Fundo Estadual de Saneamento Básico, assim como fizeram os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Os investimentos necessários à redução dos déficits de cobertura existentes vêm dependendo basicamente de recursos do Governo Federal. É chegada a hora do governo do Estado fazer sua parte.

Para solucionar o problema faremos parcerias com municípios e a União. É preciso ampliar capacidade de produção, preservação e distribuição de água tratada, com planos de contingências para adversidades e picos sazonais de consumo. E contribuir com os municípios na busca de soluções consorciadas para gestão dos resíduos sólidos, especialmente a reciclagem.

---

## **7. Tema MEIO AMBIENTE**

Os Municípios pleiteiam a participação de percentual da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA e da Taxa de Fiscalização Ambiental de Santa Catarina - TFASC, quando da emissão da guia de recolhimento. Reivindica-se ainda a alteração da Lei Estadual nº 14.601/08 para aumentar o limite de compensação da taxa municipal para o patamar de 50% dos valores devidos a título da TFASC, de tal forma que a TCFA seja dividida na proporção de 40% para União - 30% para Estados e 30% para Municípios.

**Pergunta:** Se eleito o senhor compromete-se a encaminhar proposta de alteração da Lei Estadual nº 14.701/08 e estabelecer os critérios de divisão da arrecadação das taxas acima reivindicadas? E de que forma?

## **Resposta candidato Raimundo Colombo**

A Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011 descentralizou significativamente as ações relativas ao licenciamento e a fiscalização ambiental. É fundamental que os municípios, de forma individual ou em consórcio, fortaleçam as suas ações nas áreas de licenciamento e fiscalização. A Lei Federal já estabelece que empreendimentos com impactos locais sejam de responsabilidade de licenciamento dos municípios, com ação estadual somente quando o município não se encontrar organizado, com estrutura própria ou em consórcio. A estrutura do Governo do Estado deve atuar em relação aos empreendimentos com impacto ambiental que supere os limites de um município, assim como a União deve atuar quando os impactos de um empreendimento extrapolem os limites de um Estado. Dessa forma, o Governo Estadual apoiará todas as iniciativas que levam os municípios a atuarem no licenciamento e fiscalização ambiental. As taxas de licenciamento recebidas pelo órgão ambiental municipal são significativas para custear seu funcionamento. A Taxa de Fiscalização Ambiental – TFASC pode ter sua distribuição reprogramada atendendo o pleito dos municípios, para aqueles que efetivamente atuem na área, fazendo com que 40% fiquem com o IBAMA e 30% com o órgão ambiental estadual e 30% para os órgãos ambientais municipais.

Em parceria com a FECAM o Governo distribuiu as imagens digitalizadas de alta resolução do território de cada município catarinense. Estas imagens são fundamentais para elaboração do Plano Diretor e o planejamento de recursos hídricos, pois permitem estudos detalhados sobre cada metro quadrado do município. O investimento total do Governo do Estado foi de R\$ 15 milhões.

Ressalte-se que Santa Catarina é um estado privilegiado em termos de recursos hídricos. Tem rios que abastecem com água potável todas as regiões do estado. Entretanto devido ao aumento da demanda para abastecimento público, agricultura e de outras atividades econômicas concentradas em algumas regiões do estado, problemas de abastecimento começam a aparecer e a gerar conflitos entre usuários. Além disso, o crescente número de PCHs necessita da outorga do uso da água para verificar se o represamento não irá causar, ou agravar, inundações e alagamentos. Em algumas regiões do estado o problema é a estiagem e a demanda é por reservatórios que permitam o represamento de água.

A lei 11.445/07 prevê a criação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos com um órgão Gestor forte que regule todo o sistema de águas.

A gestão de recursos hídricos requer 3 instrumentos principais:

- a) Plano de bacia hidrográfica, que mapeia os recursos hídricos e planeja a melhor distribuição de água na região. Os planos deverão guiar a Ação dos Comitês de Bacia, órgãos formados por representantes de diversas entidades dos municípios da bacia hidrográfica.
- b) Sistema de Outorga do uso da água, para empresas de abastecimento público, agricultores e empresas.
- c) Monitoramento da quantidade e qualidade dos rios do estado.

Para buscar melhorias na gestão dos recursos hídricos o Governo estabeleceu uma parceria técnica e financeira com a Agência Nacional de Águas- ANA no programa Pró-Gestão.

Além disso, o governo de estado pretende em 2015:

- i) Fortalecer a equipe de gestão de recursos hídricos com lançamento de um concurso para contratação de engenheiros e hidrólogos,
- ii) Intensificar a parceria com as associações dos municípios para dar legitimidade e autonomia aos Comitês de bacias Hidrográficas.
- iii) Implantar um sistema de outorga de uso de água ágil e eficiente para todos os usuários.
- iv) Contratar a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográficas para todas as regiões do estado (ação prevista pela SCRural/Banco Mundial).

O governo tem a intenção também de promover maior participação dos municípios no Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CERH), o qual tem entre outras atribuições, aprovar os projetos submetidos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

A Fecam pede também que na área de meio ambiente a gente reveja os critérios de cobrança de taxas que hoje se destinam ao estado para o licenciamento ambiental. Eu considero que os municípios devem, sim, ter uma receita sobre a cobrança de taxas para o licenciamento ambiental. Mas isso exige também que se definam quais serão as

competências e responsabilidades do município. Não é apenas transferir, é assumir uma corresponsabilidade, definir o que é específico do estado e o que é específico do município.

Aproveito a pergunta para abordar outro importante aspecto dessa questão: se Santa Catarina não resolver o problema de licenciamento ambiental para a área industrial, nós vamos perder o rumo na disputa com os outros estados para a implantação de novos projetos e de novas plantas industriais. É necessário descentralizar as decisões, aumentar o efetivo técnico da Fatma e estabelecer a parceria com os municípios. Um empreendedor que queira se instalar em um município catarinense não pode esperar mais de dois ou três meses pela licença ambiental. Ele muda de endereço, ele desiste do negócio e vai pra outro lugar. Nós já perdemos muitos empreendimentos para a Bahia, para o Espírito Santo e para o Rio de Janeiro por causa da demora e da excessiva burocracia.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Propomos outro modelo de política ambiental e fiscalização. Para as candidaturas do PSTU a primeira medida de um Governo dos trabalhadores é anular o Código Florestal aprovado pelos Deputados Catarinenses. Longe de beneficiar os pequenos agricultores e a agricultura familiar, o novo código ambiental de SC feriu a Constituição e atendeu somente aos interesses dos latifundiários, facilitando a expansão do agronegócio, e vai significar maior degradação ambiental em áreas de Preservação e em zonas urbanas consolidadas. Com a candidatura de Zé Maria Presidente, o PSTU também lutará para anular as mudanças introduzidas no novo Código Florestal Nacional, que segundo o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, que reúne 163 entidades, classificou como "retrocesso ambiental". Instituições como IBAMA ou FATMA, que tem como obrigação defender o meio ambiente, têm que mudar o seu caráter, e parar de sofrer pressões do poder econômico e de políticos poderosos para serem coniventes ou omissas diante da destruição ambiental. Essas instituições têm que parar também de serem cabides de emprego e ser reforçado seu corpo técnico com mais concursos públicos. O financiamento da fiscalização do meio ambiente não pode depender de taxas, a exemplo das citadas na pergunta, e sim de destinação orçamentária com um mínimo estabelecido em lei, assim como toda política ambiental. Todos os entes federados devem ter políticas de fiscalização do meio ambiente, mas

devido às grandes proporções do país e de suas consideráveis áreas ainda verdes, isso deve ser obrigação central de estados e governo federal. Com a revogação desses códigos antiflorestais queremos debater uma nova legislação estadual e nacional para o meio ambiente sob controle de ambientalistas e entidades da classe trabalhadora. Defendemos também a punição rigorosa das empresas responsáveis por crimes ambientais com pesadas multas, cadeia para os que lucram com a destruição do meio ambiente e expropriação de bens. Apoiar e investir na pesquisa e implantação de tecnologias e atividades econômicas menos poluentes, com o apoio das universidades e demais centros de pesquisa. Tudo isso se dará apoiando-se nas mobilizações dos trabalhadores, da juventude e de movimentos ambientalistas, enfrentando, inclusive, qualquer medida reacionária aprovada na Assembleia Legislativa.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Quero lembrar que em 2008 o então deputado Décio Góes (PT), hoje prefeito de Balneário Rincão, apresentou uma emenda ao projeto 0103.7/2008 que Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências, sendo convertido na Lei Estadual nº 14.601/08 estabelecendo o limite de participação dos municípios na Taxa de Fiscalização Ambiental de Santa Catarina - TFASC de 50%. Consta nos autos do projeto, especificamente na página 42. Vamos retomar essa emenda e alterar a lei, ampliando o limite dos municípios de 25% para 50% em quatro anos.

---

### **8. Tema SETOR ENERGÉTICO**

O sistema de distribuição de energia fornecido pela Companhia Estadual de Energia Elétrica de Santa Catarina - CELESC requer a revisão do Plano de Investimentos para o Setor Elétrico Catarinense 2011 – 2015, visando atender a grande demanda existente de fornecimento de energia elétrica no estado de Santa Catarina, especialmente a demanda solicitada pelo setor produtivo industrial.

**Pergunta:** Que medidas serão previstas em seu plano de governo para atender a demanda por energia em Santa Catarina?

## **Resposta candidato Raimundo Colombo**

O Governo do Estado vai manter sua política, iniciada no Governo anterior, de estimular a instalação de usinas e hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas – PCH em Santa Catarina. Além disso, através da empresa de distribuição CELESC, vai estimular a chegada de energia de alta tensão em regiões que ainda possuem baixo abastecimento energético. E ainda vai buscar estender a rede trifásica para as regiões rurais onde há maior demanda das propriedades rurais, em substituição à monofásica. O Plano de Investimentos da CELESC formulado para o período 2011-2015 prevê a realização de obras de ampliação e manutenção da rede de distribuição de energia elétrica no Estado que somarão R\$ 1,080 bilhão. Para aumentar a capacidade de atendimento, principalmente para suprir a crescente demanda por energia em áreas atendidas por redes monofásicas, a Celesc e o Governo Do Estado já pleitearam ao Governo Federal a reabertura do Programa Luz para Todos, com novos investimentos, programados na ordem de R\$ 250 milhões. Isso permitirá a implantação de redes trifásicas que assegurarão qualidade no fornecimento de energia em uma rede de 6 mil km de ramais atualmente monofásicos. A falta de energia adequada não poderá ser um fator limitante ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

O Governo tenciona manter a política de estimular a instalação de usinas e hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas – PCH.

O Governo tenciona, através da CELESC, estimular a chegada de energia de alta tensão em regiões que ainda possuem baixo abastecimento energético e buscar estender a rede trifásica para as regiões rurais onde há maior demanda das propriedades rurais, em substituição à monofásica.

O Plano de Investimentos da CELESC formulado para o período 2011-2015 prevê a realização de obras de ampliação e manutenção da rede de distribuição de energia elétrica no Estado que somarão R\$ 1,080 bilhão.

Para aumentar a capacidade de atendimento, principalmente para suprir a crescente demanda por energia em áreas atendidas por redes monofásicas, a Celesc e o Governo Do Estado já pleitearam ao Governo Federal a reabertura do Programa Luz para Todos, com novos investimentos, programados na ordem de R\$ 250 milhões. Isso permitirá a implantação de redes trifásicas que assegurarão qualidade no fornecimento



de energia em uma rede de 6 mil km de ramais atualmente monofásicos. A falta de energia adequada não poderá ser um fator limitante ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

A bagunça criada pelo governo federal no setor elétrico tem consequências que vão muito além do aumento na conta de luz para o consumidor final. O desenvolvimento da economia catarinense está intrinsecamente ligado à segurança energética.

Um estudo da Facisc, a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, mostra que muitas indústrias estão deixando de se instalar nas cidades do interior catarinense, e muitas outras, já instaladas, estão sustando seus projetos de expansão. O motivo é que estas empresas não têm a garantia do suprimento de energia. Elas não têm confiança de que o governo será capaz de fornecer toda a energia necessária para as novas fábricas, e por isso deixam de investir, para evitar prejuízos futuros.

Quando as empresas desistem de investir, empregos deixam de ser criados. Quando as empresas desistem de investir, o crescimento econômico do estado não atinge todo o seu potencial. Santa Catarina teria potencial para crescer muito mais, não fossem os gargalos no suprimento de energia.

Sintomaticamente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul continuam aguardando que o governo federal defina as normas para a utilização do carvão mineral como insumo para a produção de energia termelétrica, usando a tecnologia não poluente já disponível. No entanto, a inércia fala mais alto no Palácio do Planalto.

Ao invés de autorizar a construção de usinas a carvão mineral ou contribuir para liberar mais de 7.000 MW de projetos de pequenas centrais elétricas que estão há anos parados na Aneel, o que aumentaria a oferta de energia e reduziria o custo para os consumidores, o governo prefere interferir no modelo regulatório, afastando investidores, e “esconder” o acréscimo do custo da energia, numa política suicida para tentar segurar o aumento da inflação. No entanto, em breve esta ação cobrará seu preço.

Assim, nosso Plano de Governo defende quatro ações prioritárias no campo energético:

1. Ampliar a geração de energia, por meio de uma matriz energética diversificada, com vistas à redução de custos, ao aumento da eficiência energética e à sustentabilidade ambiental.
2. Ampliar a oferta de gás natural canalizado por meio da construção de novos gasodutos e da implantação de redes de distribuição nas cidades, a fim de abranger todas as regiões do estado.
3. Apoiar a expansão do parque de usinas termoelétricas a carvão para a garantia da segurança do SIN – Sistema Interligado Nacional, com indução a políticas de controle da emissão de CO<sub>2</sub>.
4. Adaptar o Plano de Investimentos da Celesc, em consonância com a perspectiva de demanda eletroenergética estadual.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Os investimentos dos Governos Federal e Estadual para o setor elétrico são insuficientes. Em função disso, frequentemente temos falta de energia elétrica em nosso Estado. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, em nosso Estado, 4.455 domicílios não eram atendidos com energia elétrica em Santa Catarina. Um governo da classe trabalhadora inverteria as prioridades e aumentaria pra valer os investimentos em energia elétrica para universalizar o acesso a toda a população. O dinheiro para investir no aumento da oferta de energia elétrica viria da suspensão do pagamento da dívida pública, que no período de 2011 a 2014 consumiu um total de R\$ 9.134.788.479,17 (considerando a inflação). Para garantir uma tarifa barata, o PSTU em mobilização com os trabalhadores do setor energético de nosso Estado, lutará por uma Celesc 100% Estatal, com Gestão Democrática controlada pelos trabalhadores, acabando as terceirizações e os altos salários de Diretores e Assessores, com o fim de privilégios e do cabide de empregos de políticos/cabos eleitorais do Governo Colombo. Apoiar e investir a pesquisa e implantação de tecnologias menos degradantes ao meio ambiente e renováveis, com o apoio das universidades e demais centros de pesquisa. Vamos dialogar e atender a pauta de reivindicação dos movimentos dos atingidos por barragens. Lutar para que a Eletrosul também seja re-estatizada sob controle dos trabalhadores, junto da candidatura de Zé Maria presidente e Cláudia Durans vice.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

A CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) é a maior empresa estatal de Santa Catarina e uma das maiores empresas do Estado. E até por essa condição, tem que ser mais valorizada, receber investimentos. Sua atuação no mercado de energia, na geração, transmissão e distribuição, a torna uma empresa estratégica ao desenvolvimento do Estado. Nosso governo dará atenção especial e aplicará as diretrizes de gestão para empresas públicas. Vamos criar o Plano Energético de Santa Catarina, visando sustentar a autossuficiência da matriz energética do Estado, com foco na diversificação e aproveitamento do potencial de fontes alternativas renováveis. Dessa forma afastaremos os apagões que estão ocorrendo na região Oeste do Estado.

Eu questiono a filosofia burocrática que atinge qualquer administração e cito as dificuldades que empresários do segmento energético encontram para instalar suas unidades. Muitos desses pedidos estão parados na fila de licenciamento ambiental, o que poderia dar a Santa Catarina autonomia energética, ingresso de investimentos, geração de emprego e renda.

-----

### **9. Tema HABITAÇÃO**

Uma política pública adequada para regularização fundiária é imprescindível para atender a demanda de habitação de forma coerente com as necessidades específicas de cada Município. A realidade atual é a existência de inúmeros programas que tratam da regularização fundiária, principalmente da esfera federal, porém suas ineficiências passam pela questão orçamentária e técnica. Ocorre também a falta de uma justificativa coerente por parte dos órgãos concedente – Federais e Estaduais - quanto a não aprovação das propostas, deixando uma lacuna entre a expectativa criada com a divulgação dos programas e o não atendimento às demandas dos Municípios. A grande problemática vivida pelo nosso estado é a falta de clareza e informações sobre os programas estaduais instituídos.

**Pergunta:** Quais serão suas ações para atender a Política de Regularização Fundiária de Santa Catarina? Quais medidas acredita serem necessárias para a articulação com o governo federal em relação aos programas federais instituídos?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

A Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação já firmou uma parceria com o Governo Federal para um programa de regularização fundiária. Essa parceria com os programas federais, no entanto, precisam ser ampliadas para aumentar o alcance dessas ações. Já foi feita uma discussão com o Ministério das Cidades sobre o tema, mas as restrições impostas pelo período eleitoral impedem uma solução de curto prazo. Dessa forma, tanto para a área rural como urbana, a ideia é estabelecer uma parceria com Governo Federal e Municípios para uma ampla ação de regularização fundiária, que trará tranquilidade para milhares de lares catarinenses.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

O estado se desenvolve, cresce economicamente, expande suas fronteiras empresariais e sociais e atrai novos moradores que vêm em busca de uma vida com mais qualidade. As cidades, obrigatoriamente, acompanham esse crescimento, que não deve ser necessariamente desordenado, imprevisível, caótico.

A questão básica é garantir o direito de morar dignamente e de viver bem. Um grande número de catarinenses ainda não têm moradia adequada, e muitos ainda não têm acesso a serviços básicos. O alcance da visão de futuro pressupõe que todos os catarinenses vivam em um lugar confortável, seguro e saudável.

Não vamos nos preocupar em manter a Cohab funcionando como ela é hoje. Quem vai fazer casa será o município, em parceria com o estado, com o Badesc e outros órgãos. Se o Minha Casa Minha Vida não é suficiente para atender ao conjunto dos catarinenses que precisam de moradia, nós temos de ter também um programa estadual para acelerar o atendimento às famílias do nosso Estado. Esse é um compromisso que eu assumo, e espero ter a parceria de todos os prefeitos.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Santa Catarina governada pelos trabalhadores inverterá as prioridades e com a mobilização popular fará a reforma agrária e urbana, para garantir o acesso à moradia e terra para o trabalhador trabalhar, morar e viver com dignidade. Essas duas reformas são urgentes e necessárias. A reforma agrária que está paralisada nos Governo

Colombo e Dilma, poderá garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terras aos sem-terras. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio e o agronegócio, desapropriando-os em benefício dos trabalhadores do campo. Quanto à reforma urbana, SC viveu um verdadeiro boom imobiliário em alguns importantes centros. Nunca as empreiteiras, grandes construtoras e imobiliárias lucraram tanto. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” não resolveu esse déficit habitacional e ajudou no aumento da especulação imobiliária. A Cohab/SC já teria desaparecido se dependesse apenas da vontade do atual governador e hoje está totalmente sucateada. As prefeituras das grandes cidades estão comprometidas com os interesses da especulação imobiliária. O PSTU defende a construção de um plano de obras Públicas para a construção de moradias dignas, saneamento básico, energia elétrica e que possa ao mesmo tempo avançar no combate ao desemprego. Defendemos a regularização fundiária para os trabalhadores e uma política que proteja os trabalhadores que moram em condições de risco. Os trabalhadores mais pobres que ganham até 3 salários mínimos atualmente devem ter moradia a custo zero e os demais financiar em condições bem mais vantajosas que as atuais com financiamentos de longo prazo com juros não superiores a 6% anuais (sem atualização monetária) como o governo federal fornece às grandes empresas atualmente. Defendemos que a Cohab/SC mude seu caráter e seja a operadora e construtora das obras de moradia popular com a estatização das atuais empreiteiras e construtoras privadas. Defendemos também uma ampla reforma e revolução agrária que dê terra aos sem-terra e exproprie o agronegócio sob controle dos trabalhadores.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Antes de mais nada, o governo do Estado tem que entrar ativamente nesse processo, observando-se que Santa Catarina é um dos poucos que não dá contrapartida para incentivar a ampliação do número de moradias. Defendemos uma política pública adequada para regularização fundiária, que é imprescindível para atender a demanda de habitação de forma coerente com as necessidades específicas de cada município. Uma das nossas propostas como governante é a compra de áreas nos vários municípios e através de convênios com o Governo Federal e em participação de programas sociais de habitação, ampliar o acesso à moradia.

Na situação atual, um dos problemas vividos pelo nosso Estado é a falta de clareza e informações sobre os programas estaduais instituídos. Talvez isso ocorra porque falte determinação do governo em definir as políticas para o setor, em agilizar os programas federais que podem auxiliar imensamente a população catarinense. Nesse sentido, reduziremos a burocracia dos órgãos estaduais, reorganizando a estrutura administrativa para atender as demandas dos municípios, por meio da Secretaria das Cidades (planejamento urbano, saneamento, habitação e mobilidade).

Nesse contexto faremos valer o estatuto do Badesc, tornando-o de fato um banco de fomento ao desenvolvimento, com a redução dos juros cobrados aos municípios. Potencializaremos, ainda, a atuação do BRDE para o desenvolvimento urbano e rural. Com estas ações, e o estabelecimento de uma parceira estratégica com o judiciário, potencializaremos o programa “Lar Legal”, tendo os municípios como parceiros na resolução dos problemas desta área.

---

## **10. Tema TRÂNSITO**

Os municípios representados pelo Conselho de Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito – COMITRA querem a publicação de Decreto que regulamenta a aplicação do art. 25, do Código de Trânsito Brasileiro, o qual permite a celebração de convênios entre o Estado e os Municípios, para organização e fiscalização na prestação dos serviços de trânsito nos municípios.

**Pergunta:** Qual a proposta de seu plano de governo para atender esta reivindicação municipalista?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

Essa é uma experiência que já existe no Brasil e em Santa Catarina, criando uma importante parceria. Os problemas existentes para o pleno funcionamento desta proposta municipalista precisam ser superados e sua aplicação é extremamente importante, principalmente para as grandes e médias cidades do Estado. A Secretaria de Estado de Segurança Pública pretende realizar estudos para rever o regulamento atualmente utilizado para a celebração de convênios com os Municípios, redefinindo as

competências delegadas para a fiscalização de trânsito os critérios de distribuição da receita advinda da arrecadação de multas.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

Evidentemente, deve-se fazer um processo de estudo muito cuidadoso, porque se, graças à presença da guarda municipal, o estado não precisa manter no município um determinado número de policiais para cuidar do trânsito, por exemplo, é apropriado que o valor que o estado deixa de gastar nessa atividade seja repassado ao município. A própria legislação nacional de trânsito permite que estado firme convênios com os municípios visando ao treinamento, à qualificação e à manutenção dos profissionais que cuidam do trânsito.

De forma complementar informo que, para encaminhar satisfatoriamente as questões de trânsito e de mobilidade urbana, é preciso planejamento, conhecimento e integração. Aqui, mais do que em qualquer outra área, o estado e os municípios devem caminhar juntos. É necessário empregar as melhores técnicas de urbanismo e de engenharia de transportes em uma ação de grande expressão, que encontre meios para racionalizar os investimentos em infraestrutura e qualificar o transporte público. Para tanto, devem ser incentivadas parcerias envolvendo as diferentes esferas públicas e os investidores privados.

Pretendo ainda melhorar a mobilidade e a acessibilidade nas principais cidades catarinenses por meio da expansão, da integração e da melhoria da qualidade dos modais de transporte. Iniciarei os estudos para a implantação de trens urbanos para passageiros em Santa Catarina, por concessão à iniciativa privada.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

O PSTU concorda com a celebração de convênios entre Estados e Municípios para organização e fiscalização na prestação de serviços do trânsito nos municípios. O dinheiro que hoje o governo estadual desperdiça com eventos sem utilidade social, a exemplo do Congresso da FIFA realizado no Hotel de Luxo Costão do Santinho, em Florianópolis, e pago pelo governo estadual a um custo de R\$ 3,9 milhões, teria muito mais utilidade se usado em convênios com os municípios para a segurança no trânsito.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Entendo que o Estado deva criar um setor dentro do órgão de trânsito estadual para capacitar agentes públicos municipais para gerirem o trânsito em suas cidades. Além disso, entendo ser necessário um estudo de viabilidade econômica para, além da capacitação técnica, conceder a estes municípios recursos financeiros para a municipalização do trânsito.

Saliento que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) já trata a municipalização do trânsito como o caminho a ser adotado, trazendo, no seu 24º artigo, 21 competências que os municípios podem regular quanto ao trânsito, dentre elas planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito dentro de sua circunscrição, além de implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e sistemas de controle viário, como também fiscalizar, autuar e aplicar as medidas penalidades e medida cabíveis. E apesar do artigo 25 do Código de Trânsito possibilitar que Estados e Municípios possam celebrar convênios entre o Estado e Municípios, o CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), através de sua resolução 296, de 2008, já regulamentou esta integração, desde que o município preencha requisitos mínimos, e tenha, no mínimo, engenharia de tráfego, fiscalização; coleta, operação, educação, controle e análise, estatística de trânsito, além de dispor de Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

---

### **11. Tema AGRICULTURA**

O Estado de Santa Catarina tem retardado e dificultado a regularização das empresas em especial da agricultura familiar, que desejam comercializar seus produtos de origem animal e vegetal em todo território nacional através de ADESÃO ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária- SUASA, por meio dos Municípios e consórcios públicos, aonde se constata a ausência de políticas regulamentadora desta atividades regionais ou mesmo em auxiliar a regiões em sanar as dificuldades impostas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA.

**Pergunta:** Como o seu governo pretende apoiar e estabelecer uma política pública para viabilizar e fortalecer esta cadeia produtiva, que é da agricultura familiar a



comercializar seus produtos, por meio de seus municípios e consórcios públicos para adesão ao SUASA no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento?

### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

A atenção à sanidade agropecuária é um dos grandes patrimônios construídos numa parceria entre a área técnica e os agricultores, de forma exemplar para o Brasil. Isso não pode ser perdido, ao contrário, precisa ser fortalecido. No entanto, é necessário reavaliar alguns aspectos relativos a exigências desproporcionais, que acabam impondo sérias restrições à agricultura familiar, que implicam em custos não suportáveis por este setor. Dessa forma, é preciso que o Estado, sem perder seu patrimônio sanitário construído, participe desse esforço nacional de proporcionar condições para que a produção de origem da agricultura familiar possa ampliar as oportunidades de acesso a mercados.

O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), regulamentado em 2006, é um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios, estados, através de adesão. Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema Suasa podem ser comercializados em todo o território nacional. Esse novo sistema de inspeção sanitária permite a legalização e implementação de novas agroindústrias, o que facilita a comercialização dos produtos industrializados localmente no mercado formal em todo o território brasileiro. Com isso, melhor do que o sistema de inspeção anterior, o Suasa impulsiona a geração de postos de trabalhos e de renda entre as famílias envolvidas no processo produtivo.

A adesão ao Suasa pode ser de forma individual, onde cada município solicita sua adesão, ou pode ser de forma coletiva, através de um consórcio de municípios.

A inspeção sanitária no Brasil ocorre assim:

- a) SIF - Serviço de Inspeção Federal: permite a venda em todo o território nacional e a exportação para o exterior do país;
- b) SIE - Serviço Estadual de Inspeção: permite a venda apenas no território catarinense;
- c) SIM - Serviço de Inspeção Municipal: permite a venda apenas no território do Município.

O que está acontecendo é que as indústrias não estão conseguindo atender as exigências do Ministério da Agricultura para habilitarem-se no SUASA.

Santa Catarina aderiu ao SUASA em 2011, e a CIDASC está credenciada para efetuar a habilitação de frigoríficos. A CIDASC tem um dos formatos mais avançados do País: a indústria contrata os Fiscais Sanitários que ficam sob o controle e vigilância da CIASC. O Estado concede benefícios fiscais (crédito presumido) para compensar o desembolso das indústrias.

O que está faltando é que as próprias indústrias requeiram a adesão. Elas estão tendo dificuldades por conta das exigências do Ministério da Agricultura.

Ressalte-se, finalmente que o Governo realizou R\$ 100 milhões de financiamento a juros zero no setor agrícola.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

É óbvio que a agricultura familiar precisa ser valorizada. Ela agrega valor ao produto, e temos de vencer e superar as dificuldades para que municípios e consórcios possam aderir ao Suasa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Eu não tenho dúvida de que esse assunto será priorizado, porque eu, inclusive, vou levá-lo ao conhecimento do Aécio Neves, para que não só Santa Catarina, mas o Brasil inteiro possa ter o benefício de uma mudança na legislação que facilite esse credenciamento.

A importância da atividade agropecuária catarinense é inegável. A organização territorial diferenciada permite a existência e o trabalho de mais de 150 mil famílias na agricultura familiar. Toda essa rica atividade econômica somente vai crescer e se desenvolver ainda mais se proporcionarmos apoio e incentivo ao agricultor, ao pecuarista e à agroindústria.

Para a preservação e a expansão dos mercados conquistados, são necessárias ações que qualifiquem a infraestrutura logística e assegurem o abastecimento de insumos. O cooperativismo catarinense, exemplo de sucesso para todo o País, deve receber permanente apoio governamental, especialmente visando sua expansão para novos setores produtivos.

Pretendo, ainda, capacitar os produtores rurais para melhor gerenciar seus negócios, desenvolvendo conhecimentos e inovações; implantar medidas de fortalecimento da pesquisa agropecuária; promover a inclusão produtiva, por meio do estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar, e apoiar a sua comercialização nos âmbitos municipal, regional, estadual e nacional, inclusive nos mercados institucionais; aumentar a cobertura da transferência tecnológica e da assistência técnica e da extensão rural pública, apoiando, de forma efetiva, a produção familiar; adotar políticas que visem a atrair jovens para a agricultura e mantê-los na atividade para serem os sucessores da atual geração de produtores rurais.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Propomos revolucionar a política para o campo. Hoje o mercado está cada vez mais dominado por grandes produtores e distribuidores que contam com grande financiamento e ajuda estatal, inclusive, muitos são multinacionais ou associados a capital estrangeiro. Essa concorrência desleal somada à falta de apoio efetivo dos governos vem dificultando a vida do pequeno agricultor. Queremos mudar isso. Como já falamos, com uma ampla reforma e revolução agrária que dê terra aos sem-terra, proteja o pequeno agricultor e a agricultura familiar e exproprie o agronegócio e o latifúndio sob controle dos trabalhadores. O Estado também deve ajudar o pequeno produtor na obtenção de insumos, financiamentos a longo prazo e juros próximo a zero, assistência técnica, transporte e venda da produção e etc. Vamos incentivar a produção agroecológica, ao contrário, do agronegócio que faz do Brasil o maior consumidor de agrotóxico do mundo desde 2008. A produção agroecológica se contrapõe também a lógica da utilização dos transgênicos. Hoje o agronegócio, além de baseado na utilização do agrotóxico, também está baseado na monocultura para exportação, o que vem encarecendo o custo dos alimentos. Defendemos também o fim do processo de desmonte feito pelo Governo Colombo da EPAGRI e da CIDASC, com a contratação por concurso público de mais técnicos e mais apoio à produção alternativa ao agronegócio. As mudanças propostas vão baratear a alimentação e o custo de matérias-primas, beneficiando a sociedade como um todo, com alimentos mais saudáveis.

## **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Inicialmente não entendo como a Cidasc e o Epagri, por exemplo, estão sendo sucateadas quando são importantes órgãos na manutenção e desenvolvimento da agricultura em Santa Catarina, que são fortes parceiras para os municípios. No nosso governo, essas empresas, como tantas outras que fomentam o desenvolvimento estadual, serão fortalecidas. E, nessa linha de valorização, iremos a fortalecer e garantir a agroindustrialização de pequeno porte, incentivar o setor para agregar valor, que é quem gera renda ao município. Também incentivaremos a agricultura familiar, sintonizados com a importância dos setores agroindustriais e de cooperativas.

Vamos articular ações para que os alimentos da pequena produção rural sejam distribuídos a escolas, hospitais, creches, instituições de atendimento a jovens e idosos, restaurantes e feiras populares, o que contribuirá para o escoamento da produção do pequeno produtor. Nosso projeto envolverá inovações tecnológicas, para a população rural em parceria com redes de universidades e centros de pesquisas como a Embrapa e Epagri. Teremos um programa específico de melhoria da habitação no campo e de outras melhorias - acesso aos serviços e políticas públicas (transporte, armazenagem, logística, comunicação, telefonia e internet).

Também cito como nossas propostas garantir a segurança alimentar e nutricional, reforçando as políticas públicas de apoio aos assentamentos da reforma agrária. Vamos assegurar um modelo agrícola que garanta a preservação e manejo sustentável das paisagens naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade e a reprodução da diversidade do patrimônio histórico-cultural das populações rurais do nosso estado.

## II. PAUTA FEDERAL - Adesão dos candidatos ao Governo do Estado de Santa Catarina em apoio à CARTA MUNICIPALISTA CATARINENSE

### 1. Tema PARTILHA DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

O movimento municipalista catarinense representado pelas Associações de Municípios e Federação Catarinense de Municípios - FECAM, considera a revisão constitucional da partilha das receitas tributárias a principal reivindicação dos municípios brasileiros, razão pela qual apresenta este tema como o mais importante nas ações de mobilização junto aos agentes políticos de Santa Catarina.

A União abocanhava 60% da arrecadação tributária em 2012, sobrando aos Estados 23% e aos Municípios apenas 17%. Paradoxalmente à centralização dos recursos públicos, ao longo das duas últimas décadas aflorou o fenômeno da municipalização de serviços públicos, mediante transferência da execução de políticas públicas aos municípios, implicando assim no aumento das despesas desses entes federativos. Assim considera-se que a partilha ideal deveria reservar 45% das receitas tributárias em favor da União, 25% em favor dos Estados e 30% em favor dos Municípios.

Para alcançar esse objetivo, a FECAM apoia a unificação das propostas de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional, aprovando ao final uma reforma constitucional que reequilibre o modelo federativo.

**Pergunta:** O senhor, se eleito governador, apoiará a reivindicação dos municípios em relação a revisão das partilhas das receitas tributárias, assegurando: **45% das receitas tributárias à União, 25% aos Estados e 30% aos Municípios** e participará das mobilizações nacionais?

#### **Resposta candidato Raimundo Colombo:**

Essa é uma proposta que, sem sua implementação, não haverá uma mudança nos serviços oferecidos pelo Estado à população brasileira. É fundamental aproximar os agentes que oferecem o serviço e os recursos necessários em relação ao cidadão. Tudo que pode ser realizado pelo município, não deve ser realizado nem pelo Estado nem pela União. As maiores demandas das comunidades giram em torno de temas como a saúde, a educação, a segurança pública e a mobilidade urbana. São ações que

podem ser executadas em grande parte pelos municípios e complementadas pelos Estados. Para isso precisa-se de uma reforma tributária urgente.

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

A questão do partilhamento das receitas federais é uma reivindicação não só da Fecam, mas de todas as administrações municipais do Brasil. No entanto, seria precipitado aquiescer previamente com o número que está colocado na pergunta da Fecam, de 45% das receitas para união, 25% para os estados e 30% para os municípios. A princípio parece-me um número proporcionalmente muito justo para os municípios, mas não disponho de informações suficientes para afirmar se é uma percentagem adequada para o estado de Santa Catarina. Uma coisa eu garanto, como disse o futuro presidente Aécio Neves, em sua última visita a Santa Catarina: no projeto de mudar o Brasil nós vamos, sem dúvida, reconstruir e alterar o pacto federativo, estabelecendo novos valores.

Não é mais possível a União ter dois terços do bolo, os estados terem pouco mais que 20% e os municípios pouco mais que 15%. É injusta essa conta, e ela nunca mudará se nós não estabelecermos uma nova regra, um novo pacto federativo, definindo exatamente o que é competência de cada um.

Eu devo lhes dizer: nasci filho de vereador e cresci filho de prefeito. Eu acredito que é no município que se faz mais, se faz melhor, com menos dinheiro. Por isso, de forma incontestável, contem comigo favoravelmente a essa tese da revisão do pacto federativo e estabelecimento de novos valores para os municípios.

### **Resposta candidatos Gilmar Salgado**

Propomos outro modelo de pacto federativo e do sistema tributário. Hoje a centralização grande de recursos na esfera federal é uma herança das reformas econômicas da ditadura militar que visava garantir o pagamento das dívidas interna e externa e que foi mantido pelos governos civis submissos ao FMI que seguiram a mesma política. Depois de 26 anos desde a Constituição Federal de 1988, os partidos que governaram e governam o país e nosso estado, e também estão à frente dos municípios, não mudaram essa política econômica e concentração de recursos na

esfera federal. Por isso, nós do PSTU, acreditamos que somente a descentralização das verbas não resolverá o problema se não mudar toda a política econômica que vem sendo aplicada. Reforçando o que já respondemos antes, este novo modelo se basearia: a) fim do processo de municipalização indevido do saneamento básico e da educação básica; b) fim das políticas de desonerações de tributos às grandes empresas e fim do pagamento das dívidas públicas em todas as esferas de governo; c) fim da lei de responsabilidade fiscal e sua substituição por uma lei de responsabilidade social que garanta no país o investimento de 10% do PIB na saúde pública e outros 10% do PIB na educação pública; d) garantia dos recursos públicos necessários aos municípios para que cumpram suas obrigações constitucionais. Um novo pacto federativo que estabeleça uma nova partilha dos recursos arrecadados entre os entes federados deve ser objeto de amplo debate e deliberação de um fórum nacional que reúna as representações das entidades da classe trabalhadora. O foco desse novo pacto acreditamos que tem que ser o atendimento às demandas da população trabalhadora e os percentuais que cada ente federado obterá deverá estar subordinado a isso. Vamos chamar os municípios no estado a que sigam essa política e vamos organizar e mobilizar os trabalhadores para garanti-las.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Sou parceiro dos municípios. Defendo uma proposta federativa que ponha um fim na “guerra fiscal” e que promova maior justiça tributária. A Luta municipalista é histórica e os maiores avanços foram nos últimos anos com os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Exemplo foi que o governo federal sempre recebeu os prefeitos, não soltando os cachorros como fez Fernando Henrique. Nesses últimos 12 anos, foi elevado o repasse constitucional aos municípios como também firmado inúmeros convênios. Digo que somos parceiro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumentam 2% no percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), passando dos atuais 23,5% para 25,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR). Podem contar comigo para a luta e reivindicação municipalista.

---

## **2. Tema ROYALTIES**

A Lei Federal nº 12.734/12, disciplina a partilha dos Royalties do petróleo com todos os municípios brasileiros. O Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, nº 4.917, junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, obtendo liminar suspendendo sua aplicação imediata. A Federação Catarinense de Municípios - FECAM posicionou-se junto ao Governo Federal, Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, reivindicando a anulação da decisão liminar e o imediato Julgamento de mérito da ADIN, ainda não julgado.

**Pergunta:** Qual é a sua posição em relação ao apoio e mobilização das lideranças políticas catarinenses, interessados diretamente junto com os municípios, na obtenção dos recursos financeiros originários das receitas dos Royalties?

**Resposta candidato Raimundo Colombo:**

O Governo do Estado já se posicionou claramente a favor da Lei Federal nº 12734/12, que disciplina a partilha dos royalties do petróleo e é solidário a ação da FECAM em relação à liminar e ao julgamento do mérito. Nessa questão, particularmente Santa Catarina vem sendo, há tempos, prejudicada pela distribuição dos recursos decorrentes da produção de petróleo, em razão de erro na definição dos limites geográficos pelo IBGE, o que demandou uma discussão judicial com o Paraná que se arrasta por anos no STF. A posição do Governo do Estado não busca prejudicar os denominados Estados produtores, mas de promover a distribuição justa dos recursos para que todas as regiões possam ser contempladas com maiores investimentos nos serviços públicos essenciais.

**Resposta candidato Paulo Bauer**

Sou absolutamente favorável. Como senador, sempre votei a favor. Eu digo incansavelmente o seguinte: o petróleo está no mar; o município que dá suporte à estação petrolífera deve, sim, ser recompensado por custos que ele despense, mas se o petróleo está no mar do Brasil, não é justo que apenas o município litorâneo tenha o benefício. Todos os municípios têm de ter benefício e também defendo que a própria educação deva ter benefícios. Porque é do capital da riqueza do país, no caso do petróleo, e deve-se destinar uma parte dessa riqueza para a educação, para que nós possamos investir o dinheiro do petróleo nas próximas gerações.



### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Somos favoráveis a outro tipo de política. Discutir a partilha dos royalties não vai resolver nada e não atinge a raiz do problema. Independente de quem ganhar a disputa dos royalties, nada mudará. A grande questão é a privatização do petróleo brasileiro e da Petrobras feita por FHC e aprofundada por Lula e Dilma. A promessa dos royalties para a educação e saúde representará em 2022, na melhor das hipóteses, apenas o acréscimo de 0,4% do PIB investidos em saúde e outros 0,6% investidos em educação. Nos anos anteriores teremos menores investimentos, segundo a entidade Auditoria Cidadã da Dívida. Portanto, totalmente insuficientes. Defendemos uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores. A volta do monopólio para a Petrobras da exploração do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis. O lucro da empresa reestatizada deverá ser reinvestido na própria empresa e em seus trabalhadores e na saúde, educação e demais áreas sociais do país. Com a reestatização também poderá ser dado fim ao alto preço dos combustíveis e do gás de cozinha, gerando um efeito em cadeia positivo na economia. Atualmente possuímos 15,6 bilhões de barris de reserva de petróleo e até 2022 deveremos dobrar as reservas, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Uma riqueza que ultrapassa hoje 1,5 trilhões de dólares e quem em 2022 ultrapassará 3 trilhões de dólares. Isso pode mudar o Brasil e melhorar em muito as condições de vida do povo trabalhador de todos os municípios. Somente uma Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores poderá garantir isso. Hoje a riqueza do petróleo está sendo explorado por empresas privadas nacionais e internacionais. Isso precisa mudar.

### **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Sou a favor da distribuição dos recursos entre os Estados e municípios de todo o Brasil. E, como falei acima, no tópico Educação, reforço que muitos dos recursos para o setor virão do Pré-sal, da partilha dos royalties, que nos próximos anos deve ser de R\$ 500 milhões para Santa Catarina. Lembro que desde que o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, cerca de R\$ 8 bilhões estão bloqueados há mais de um ano, representando perdas a todos os estados. Friso que o petróleo pertence a todo o País, independentemente do local de produção. É preciso usar o petróleo para fazer justiça social e reduzir desequilíbrios regionais, beneficiar todos os estados. A nova regra

inverte a concentração de recursos, permitindo que os municípios com menos dinheiro participem da riqueza do petróleo.

---

### **3. Tema LEICOMPLEMENTAR Nº 63/90 e 87/96.**

Pleiteia-se a revisão, atualização e adequação das Leis Complementares nº 63/90 e 87/96, redefinindo e ajustando conceitos e parâmetros de inclusão das atividades econômicas em acelerado processo de expansão e crescimento, tais como o setor energético, petróleo, transferências para exportação, importação de mercadorias, vendas pela internet e substituição tributária em especial, setores que sofrem com a desaceleração, visando uma melhor distribuição do Valor Agregado e permitindo a atração de investimentos econômicos em regiões menos favorecidas.

**Pergunta:** Qual a proposta do senhor e de que forma tomará medidas compensatórias aos municípios que perderem receitas com as desonerações do ICMS? A legislação estadual atenderá as reivindicações em relação à revisão das Leis Complementares nº 63/90 e 87/96?

#### **Resposta candidato Raimundo Colombo**

O Governo de SC apoia as reivindicações municipalistas pela revisão dos critérios de distribuição do Valor Agregado, pois o desempenho das atividades econômicas precisa corresponder a uma forma justa de repartição das receitas tributárias, contemplando as localidades onde a cadeia produtiva se desenvolve com mais recursos para atender a demanda por serviços públicos. É necessário promover o debate entre os Municípios para reduzir as diferenças e encontrar um denominador que atenda aos legítimos interesses das diferentes regiões.

#### **Resposta candidato Paulo Bauer**

Durante minha atuação como senador, sempre me posicionei pela revisão das leis mencionadas, justamente para proteger estados e municípios das perdas nos repasses causadas pelas desonerações e incentivos seletivos, decididos unilateralmente pelo governo federal, premiando determinados setores econômicos, em detrimento dos demais entes federativos. Foram medidas que não trouxeram qualquer benefício à

economia nacional – que segue em cenário de estagflação, com inflação alta e crescimento baixo –, e ainda prejudicaram o financiamento de estados e municípios. Enquanto durar o governo Dilma, não vejo qual possibilidade de alteração nesse quadro.

Por outro lado, a questão do ICMS está inserida no campo de decisão do governo estadual. Penso que as decisões de promover desonerações no ICMS não podem ser tomadas de forma isolada pelo governo do estado, devem ser discutidas em conjunto com os municípios, por intermédio deste qualificado foro que é a Fecam. As desonerações podem ser ferramentas importantes para promover o desenvolvimento econômico de nosso estado, inclusive dos municípios. No entanto, é preciso que elas sejam concedidas de forma equilibrada, para que todos os municípios sejam beneficiados de forma proporcional. Não há dúvidas de que a legislação estadual precisa ser revisada. Pretendo levar esta discussão à Assembleia Legislativa já nos primeiros dias de nosso novo governo.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Somos contra as políticas de benefícios e privilégios fiscais. Esse tipo de política vem sendo largamente praticado no país e o seu quadro nunca foi de um crescimento econômico sustentado e equilibrado, tendo que agora nós vivermos com um cenário de desaceleração econômica que se arrasta desde 2011. O que propomos é a revisão do ICMS e todo sistema tributário de modo a sobretaxar as empresas e grandes fortunas, ao mesmo tempo desonerando os mais pobres. Ou seja, defendemos de tributação progressiva com o capital e rendimentos. Para dar o devido impulso econômico no estado e no país devemos adotar medidas que mudem profundamente o modelo econômico com uma ampla reforma agrária, um reajuste geral de salários, congelamento de preços, redução da jornada de trabalho para a ampliação de empregos, um plano de obras e investimentos públicos com o não pagamento das dívidas públicas que atinja as áreas sociais mais importantes, com a estatização do sistema financeiro e a ampliação de empresas públicas que hoje estão sendo desmontadas pelo governo Colombo (a exemplo do CIASC, EPAGRI, CIDASC, COAHB) e a garantia de uma CASAN e uma CELESC 100% estatal. Assim teremos crescimento econômico com equilíbrio social e ambiental.

## **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Hoje a renúncia fiscal do Estado, em detrimento da “guerra fiscal”, é exorbitante além de inconstitucional. Como já disse, foram R\$ 13,8 bilhões entre 2011 e 2013, sendo que deste valor constitucionalmente R\$ 3,45 bilhões pertenciam aos municípios. Isso não pode continuar. Quero citar o projeto do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que foi prefeito de Guaraciaba, onde o Estado deveria garantir aos municípios a restituição dos valores não pagos do ICMS nos contratos por meio de tratamento tributário diferenciado do ICMS previsto no Programa Pró- emprego, instituído pela Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, em relação a não aplicação do regime para os produtos do mercado interno. Lamentavelmente esse projeto foi arquivado. Mas nosso compromisso é retomar o debate.

---

### **4. Tema INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura Aeroviária, Rodoviária, Ferroviária e Portuária do estado de Santa Catarina é pauta constante dos movimentos ligados a instituições públicas e privadas, em especial das entidades representativas do setor privado. A Federação Catarinense de Municípios - FECAM realizou consultas a prefeitos, em 6 (seis) macrorregiões do Estado a partir das Associações de Municípios, engajou-se ao movimento empresarial, passou a manifestar apoio e inseriu estas reivindicações nas "Propostas da Carta Municipalista Catarinense", encaminhando-as aos parlamentares e aos governos Federal e Estadual.

Constam na "Carta Municipalista Catarinense" investimentos em Ferrovias e Rodovias:

- a) Implantação da SC-100 Rodovia Interpraias entre Laguna à Passo de Torres;
- b) Anel viário da BR-101 - Biguaçu à Palhoça no trajeto original;
- c) Duplicação da BR 280 - Jaraguá do Sul ao Porto de São Francisco do Sul;
- d) Duplicação da BR-470 - Rio do Sul à Navegantes;
- e) Implantação da Ferrovia Leste/Oeste;
- f) Implantação da Ferrovia Translitorânea entre Içara e Porto Alegre.

Em Portos e Aeroportos requerem investimentos na aquisição de equipamentos, aparelhamento, modernização e instalações, que permitam o atendimento às demandas instaladas com novas estruturas e a expansão de terminais existentes.

**Pergunta:** Qual é o posicionamento do senhor sobre o aporte financeiro e o apoio institucional ao movimento de reivindicação ao Governo Federal, para concretização de

tão importantes investimentos para o desenvolvimento econômico e social no estado de Santa Catarina?

**Resposta candidato Raimundo Colombo:**

Em relação às rodovias federais (BR 101, BR 280 e BR 470), o Governo do Estado fez seguidas reivindicações junto ao Governo Federal, com apoio da bancada estadual no Congresso Nacional, cujo resultado já está em andamento nos casos da BR 280 e BR 470. O anel viário da Grande Florianópolis é uma necessidade urgente e fundamental para a questão da mobilidade urbana e para o tráfego de carga da região. Essa luta para que o projeto seja efetivado deve prosseguir com firme compromisso do Governo do Estado. Sobre a Rodovia Interpraia, entre Laguna e Passo de Torres, o Governo do Estado é favorável, com a ressalva em relação às questões ambientais do litoral sul, um grande patrimônio ambiental e turístico. Em relação às ferrovias, o Governo do Estado já vem tentando buscar possíveis parceiros internacionais para fazer o investimento necessário. O Governo acabou de preparar uma análise preliminar do potencial econômico da ferrovia para apresentar a possíveis investidores. No caso da ferrovia litorânea, seria importante que ela se estendesse até o Porto de São Francisco do Sul, com ligações a todos os portos em seu caminho. Além disso, no Oeste, é fundamental a ligação da Leste- Oeste com a malha ferroviária que conduz ao Centro-Oeste do Brasil, para viabilizar economicamente a chegada de insumos para a agroindústria, a preços adequados.

Sublinhe-se que o Governo de SC vem cobrando insistentemente da União a realização das obras essenciais para o desenvolvimento econômico e logístico do Estado.

Através do PACTO, o Governo de SC tem procurado mitigar os problemas. Os investimentos que estão sendo realizados em Obras no âmbito do Pacto por Santa Catarina perfazem o montante de **R\$ 10 bilhões** nas diversas áreas de interesse da sociedade catarinense, tais como Educação, Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, Defesa Civil, Justiça e Cidadania, infraestrutura de transporte (estradas), entre outras.

Os investimentos por mesorregiões são:

- Grande Florianópolis: **R\$ 2 bilhões;**
- Vale do Itajaí: **R\$ 1,8 bilhão;**
- Oeste: **R\$ 1,1 bilhão;**
- Norte: **R\$ 1 bilhão;**
- Sul: **R\$ 1 bilhão;**
- Meio-oeste: **R\$ 800 milhões;**
- Serrana: **R\$ 700 milhões;**

Consideram-se, ainda, R\$ 2 bilhões utilizados no Refinanciamento da Dívida (R\$ 1 bilhão), FUNDAM (R\$ 600 milhões), capitalização do BRDE e BADESC (R\$ 240 milhões) e demais ações de abrangência estadual (R\$ 360 milhões).

### **Resposta candidato Paulo Bauer**

O governo federal terá arrecadado até o dia 31 de dezembro deste ano, somente em Santa Catarina, a bagatela de 100 bilhões de reais em tributos. Nós somos o 7º maior contribuinte da União e estamos apenas em vigésimo lugar no recebimento de investimentos federais.

É fato: as obras federais aqui em Santa Catarina simplesmente não são executadas. Basta ver a situação do anel viário da BR-101 na Grande Florianópolis, da implantação da interpraías no sul do estado, da duplicação da BR-280 na região de Jaraguá até São Francisco, da duplicação da BR-470 de Rio do Sul a Navegantes, da implantação da ferrovia da integração. Nada sai do papel, porque não há decisão, ninguém consegue decidir. Governo foi feito pra tomar decisão. A demora pra decidir custa mais caro do que a própria obra.

Precisamos que o governo federal invista efetivamente não os 100 bilhões que arrecada, mas que invista o mínimo que Santa Catarina precisa para manter o seu modelo de sucesso, pra manter o seu desenvolvimento.

Afinal de contas, não podemos ser contra que estados pobres e carentes recebam uma parte do nosso imposto, mas também não podemos concordar que o estado que proporcionalmente mais ajuda o Brasil (afinal, somos o sétimo que mais paga impostos, mesmo só tendo 1,1% do território nacional) seja quase o vigésimo na recepção de

investimentos federais. Não é justo. Eu tenho dito na Tribuna do Senado, reiteradas vezes, que nós precisamos e devemos merecer atendimento prioritário do governo nessas obras de infraestrutura.

### **Resposta candidato Gilmar Salgado**

Hoje Santa Catarina tem uma taxa de mortes em acidentes de transportes quase 3 vezes superior a de homicídios e a taxa estadual de mortes em acidentes de transportes é superior a nacional. Isso porque o cenário que prima nas rodovias estaduais e federais em Santa Catarina é a precariedade e o risco cotidiano de quem viaja por elas. Estamos com uma candidatura nacional, com Zé Maria presidente e Cláudia Durans vice-presidente, pelo PSTU. Defendemos a mudança da política econômica como viemos frisando, em Santa Catarina e no Brasil também. Sem romper com o pagamento das dívidas públicas federais e estaduais não teremos recursos para investir na melhoria das rodovias catarinenses e federais. Esse é o primeiro passo. Também defendemos a revogação dos pedágios em estradas catarinenses e brasileiras, bem como, somos contra a privatização de aeroportos e portos no país e em nosso estado como vem fazendo o governo Dilma a nível nacional. Defendemos a reestatização de portos e aeroportos. Já pagamos caros tributos e existem recursos suficientes para as melhorias necessárias. Outra medida importante seria aumentar a fiscalização no trânsito e duplicar as rodovias/BRs sem cobrança de pedágios. Defendemos também aplicar 2% do Produto Interno Bruto ao ano para construir novos modais de transporte como ciclovias, ferrovias, hidrovias e transportes sob trilhos. Segundo Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, com esses investimentos, em oito anos, o país teria uma nova matriz logística. A construção desse novo modelo de transporte não pode se dar sob o interesse de pequenos grupos econômicos muito poderosos, a exemplo da propagada “ferrovia do frango”, que está planejada para atender aos interesses de empresas como a BR Foods. Defendemos sim a duplicação de estradas, a criação de ferrovias e de outros modais de transportes, mas para atender ao interesse público e dos trabalhadores, tanto de transporte de cargas quanto de passageiros, ligando os diversos centros econômicos e populacionais do estado com segurança. Toda essa ampliação logística tem que se dar respeitando os direitos indígenas e as terras indígenas.

## **Resposta candidato Cláudio Vignatti**

Não sou negativista, mas temos que apontar os problemas e apresentar soluções: e a constatação é que Santa Catarina é um dos estados do Brasil mais atrasados em infraestrutura. Não temos rodovia duplicada na sua totalidade, não temos ferrovia que atravesse o Estado, não temos um bom aeroporto. Desculpem-me, mas “nós somos um estado desenvolvido e maravilhoso, mas um dos piores em infraestrutura no Brasil”. Cito como exemplo empresas exportadoras de vários setores que deslocam o eixo de produção para outros estados porque aqui não encontram condições para escoamento da produção.

Em relação às questões acima abordadas, observo que as BRs 101, 280 e 470, estão com projetos e obras em andamento. A SC-100 está em obras com previsão de conclusão em janeiro de 2015. Nosso Plano de Logística e Transporte retomará o conceito de planejamento de médio e longo prazo para o setor, a exemplo da integração com o planejamento territorial das cidades, respeito ao meio ambiente, redução de desigualdades regionais, indução ao desenvolvimento e participação equilibrada dos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário. Nesse sentido vamos trabalhar para viabilizar a construção das ferrovias do Frango e Norte-Sul.

Vamos trabalhar para a implantação e melhoramentos na infraestrutura viária, de maneira a despertar o potencial de desenvolvimento em regiões que apresentem indicadores econômicos e sociais abaixo dos valores médios nacionais e estaduais, de forma a reduzir as desigualdades.

---